



CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

---

Texto para discussão  
**Keynes: Um “Liberal  
Revolucionário”**

By Leonardo Burlamaqui

NÚCLEO ECONOMIA POLÍTICA  
MARÇO DE 2022

## Resumo

Esse ensaio se desdobra em duas partes. A primeira é uma tentativa de mapear *a interpretação histórica e a sociologia econômica* que enformaram a "revolução teórica" proposta por Keynes em 1936. É também um esforço no sentido de analisar alguns de seus principais escritos no período compreendido entre 1919, quando é publicado seu panfleto *As Consequências Econômicas da Paz* e 1936 quando a *Teoria Geral* vem a público. A proposição central do ensaio é de que, nesse período, Keynes constrói não apenas uma aguda análise das mutações na estrutura político-institucional do capitalismo desde a virada para o século XX, mas também concebe um conjunto de reformas institucionais e um amplo programa de políticas públicas para implementá-las. Nesse sentido, a análise aqui proposta deve ser vista como uma contribuição ao entendimento da *visão de capitalismo* do autor, que, concludo, permite classificá-lo como um "liberal revolucionário".

Na segunda parte do ensaio, o projeto de reorganização institucional do capitalismo forjado por Keynes entre 1919 e 1936, é discutido, e criticado, à luz de duas vertentes de críticas, parcialmente pertinentes, por parte de Schumpeter, da abordagem do *Public-choice* e de neoliberais como Mancur Olson, as quais revelam lapsos na formulação de Keynes. Elas são discutidas, parcialmente incorporadas, mas rebatidas do ponto de vista da invalidação do mesmo. A conclusão do trabalho aponta para a relevância contemporânea do "Projeto Keynes", ressaltando a necessidade do seu resgate, mas também da sua atualização.

## 1. Introdução<sup>1</sup>

"O constante revolucionar da produção, a ininterrupta perturbação de todas as relações, a interminável incerteza e agitação distinguem a época burguesa de todas as anteriores". Marx e Engels escreveram estas sugestivas frases em 1848. Keynes concordaria com eles, mas lhes diria, se pudessemos imaginar um diálogo entre o Apóstolo de Cambridge e a dupla de "revolucionários", que elas apenas no século XX adquiriam plenamente o seu significado, acrescentando, no entanto, que à nêtese inexorável do sistema postulada pelos primeiros haveria uma alternativa: uma profunda reestruturação institucional do capitalismo. Por que Keynes lhes diria isto? Esta é uma pergunta que formulo e cuja resposta me ocupa nas páginas que se seguem<sup>2</sup>.

Keynes, desde muito cedo em sua carreira, deixou de compartilhar o otimismo panglossiano de seus pares, economistas e estadistas, de que se estava e/ou caminhava *naturalmente* para o melhor dos mundos. Estava, todavia, igualmente, distante do *kulturpessimismus* no qual estava mergulhada boa parte da inteligência europeia durante todo o seu período de amadurecimento intelectual (Anderson: 1976, Colletti, L. e E, Napoleoni, C: -eds- 1970). Nestes fatos, conhecidos, reaparece de forma ligeiramente modificada, a mesma questão. Em que ponto entre estes dois extremos se situava Keynes? Qual era a sua interpretação sobre as características do capitalismo de seu tempo?

Este ensaio contém três eixos. É uma tentativa de mapear *a interpretação histórica e a sociologia econômica* que enformaram a "revolução teórica" proposta por Keynes em 1936. É também, a partir do anterior, um esforço no sentido de analisar alguns de seus principais escritos no período compreendido entre 1919, quando é publicado *As Consequências Econômicas da Paz* e 1936 quando a *Teoria Geral* vem a público. Por fim, me proponho a discutir duas vertentes de críticas ao

---

<sup>1</sup> Dedico esse ensaio a Fernando Cardim de Carvalho, mestre, fonte de inspiração intelectual e amigo que deixa saudades.

<sup>2</sup> Esse ensaio, cuja origem está em um trabalho de fim de um curso sobre Keynes no meu processo de Doutorado, um magnífico curso ministrado por Fernando Cardim de Carvalho, converge totalmente com um ensaio de Carvalho publicado no JPKE em 2008. Na realidade, o presente trabalho deve ser lido como complementar ao de Carvalho, na medida em que seu texto cobre duas intervenções importantes de Keynes, seu panfleto "How to pay for the War", de 1940 e sua discussão e apoio ao Plano Beveridge de 1941. Carvalho as discute dos pontos de vista das questões da reforma institucional do capitalismo e do que as intervenções de Keynes revelam sobre seu posicionamento político. O presente trabalho é motivado pelas mesmas preocupações mas cobre justamente os escritos de Keynes do período anterior (1919-1936) e os discute em relação ao debate mais amplo das décadas de 1920 e 1930 envolvendo o Austromarxismo e, subsequentemente, às críticas de Schumpeter, *Austriacos*, e *Public-Choice* (Olson em especial) ao que chamo de "Projeto Keynes" e de como o mesmo pode ser defendido. O texto de Carvalho deve, portanto, ser lido como uma sequência do meu, e com conclusões totalmente convergentes.

passo a chamar de “projeto Keynes”, que demandam retificação: a primeira se origina em Schumpeter, e examina a visão de Keynes acerca da dinâmica do processo de acumulação de capital e sua relação com o problema da eliminação da escassez, em especial sua pouca atenção ao papel das inovações e da concorrência no processo de recriação de uma “escassez relativa”. A segunda diz respeito à sua concepção de democracia e de seu impacto nas possibilidades da administração “racional-esclarecida- eficiente” do capitalismo. O ensaio trata de examinar as críticas, parcialmente pertinentes, a essas duas lacunas na formulação de Keynes. São discutidas, parcialmente incorporadas, mas rebatidas do ponto de vista da invalidação do “Projeto Keynes”.

O foco principal do ensaio é, entretanto, o exame dos principais traços do “Projeto Keynes”, e a indicação tanto de sua pertinência quanto atualidade. Chamo atenção também para um aspecto relativamente negligenciado da “revolução teórica de 1936”: sua dimensão político-institucional<sup>3</sup>, e, em particular, a importância do conceito de estabilidade por ele concebido, vale dizer, seu caráter *não natural e evolucionário*: de processo a ser construído, e permanentemente reconstruído. Antecipando uma guinada teórica também feita por Schumpeter em 1942, a “estabilidade socialmente construída” progressivamente se sobrepõe ao “equilíbrio” na moldura analítica forjada por Keynes entre 1919 e 1936<sup>4</sup>.

Os argumentos estão organizados em duas partes, compreendendo onze seções. Na primeira parte, as seções dois, três e quatro, abordam a “gênese” do projeto Keynes a partir de suas críticas ao tratado de Versalhes e das numerosas intervenções que faz, como intelectual público, nas décadas de 1920 e 1930. A quarta indica as propostas de Keynes sobre como viabilizar e administrar esta sociedade pós-escassez. A quinta seção explora mais de perto essa questão mostrando a continuidade e a coerência analítica que une seus textos entre 1919 e 1936. A sexta seção conclui a primeira parte do ensaio. Sua segunda parte passa às críticas ao “projeto Keynes”. As seções um, dois e três examinam, na ordem, os argumentos de Schumpeter (e os aportes de Daniel Bell), o desafio do *Public-choice*, e a tese, postulada por Mancur Olson, do efeito *inexoravelmente* destrutivo das “coalizações distributivas” sobre as possibilidades de desenvolvimento econômico (Olson: 1982). A quinta seção conclui o trabalho apontando para a sua relevância contemporânea, para a necessidade do seu resgate, mas também para a urgência de sua atualização.

---

<sup>3</sup> Convergindo com a interpretação de Dillard (1980).

<sup>4</sup> Embora o termo seja, ainda amplamente utilizado na Teoria Geral, ilustrando a conhecida frase do próprio Keynes: “The difficulty lies not so much in developing new ideas as in escaping from old ones”.

\*\*\*

Proponho que o mapeamento da construção do referido “projeto Keynes” pode ser feito através da abordagem de três pontos ou ângulos do seu pensamento: 1) A preocupação de Keynes acerca das transformações estruturais pelas quais havia passado o capitalismo entre 1870 e 1914 (e que ainda sacudiam o mundo em que vivia); 2) sua, aguda, sensibilidade para o impacto da Guerra; de "1917" e das rupturas políticas subsequentes no funcionamento do sistema; e 3) a convicção que tinha – estabelecendo-se aí uma convergência com Marx- de que a despeito da desorganização na qual estava embebido, e dos imensos problemas daí derivados, o capitalismo do seu tempo estava *potencialmente* equipado para resolver definitivamente, algo inédito na história da humanidade, o "problema da escassez". Vejamos esse percurso mais detalhadamente.

## 2. Da Escassez à Abundância: Transformações Estruturais

"O capitalismo - escrevia Schumpeter em 1928 - está vivendo um processo de metamorfose tão visível que não é possível discordar na constatação, o desacordo pode dar-se somente em torno ao modo de interpretá-lo" (Schumpeter, 1928, p. 74). O exame das ideias de Keynes a esse respeito revela não apenas sua concordância com (e precedência sobre) a hipótese de Schumpeter, mas também, com parte da análise do economista austríaco. Revela ademais uma fascinante convergência com diagnósticos emitidos por toda uma tradição austromarxista que lhe foi contemporânea (Colletti: 1969, Colletti, L. E, Napoleoni, C: -eds- 1970, Colletti 1979):<sup>5</sup>.

Já em *The Economic Consequences of the Peace*, publicado em 1919, Keynes estava convicto de que havia sido virada uma página na história do capitalismo:

"Certamente - anota - apenas na Inglaterra (e nos EUA) é possível ser tão inconsciente. Na Europa continental a terra treme ...E o problema não é de extravagâncias ou 'turbulências' dos trabalhadores .....Trata-se das pavorosas convulsões de uma civilização agonizante"<sup>6</sup> (Keynes, 1919 p. 8).

O mundo que agonizava era, para Keynes, o do Laissez-faire, do capitalismo heroico empreendedor e disperso do século XIX, escorado na hegemonia britânica e na fragmentação política tanto de trabalhadores quanto capitalistas. O que terminara, enfim, com a era vitoriana, fora o mundo de certezas e da confiança inabalável no *progresso ininterrupto*. A convicção liberal clássica do desenvolvimento fluindo sempre com um processo "natural"<sup>7 8</sup>.

---

<sup>5</sup> Procurarei indicar traços desta convergência ao longo do estudo. Para um exame mais detido dos diagnósticos produzidos pela tradição marxista, ver Marramao 1982 e Burlamaqui 1986.

<sup>6</sup> Este tema será retomado, de forma inclusive mais matizada e equilibrada, como veremos, no seu ensaio "The economic possibilities of our grandchildren" de 1930. Voltaremos a isto na terceira parte do trabalho.

<sup>7</sup> Atente aqui o leitor, para uma importante consideração: ao que tudo indica, para Keynes o século XIX não teria sido apenas **imaginado** assim, ele **teria sido de fato isso**, mas - a conclusão se impõe - teria sido também uma exceção, um período único, na história. Levando isto em conta, torna-se necessário reconsiderar a extensão da crítica de Keynes à economia clássica: talvez devamos vê-la como historicamente circunscrita, isto é, não à economia clássica em si, afinal o século XIX tinha sido, na avaliação de Keynes, de fato, em larga medida, o "universo de Say"; mas a sua persistência nas mentes dos economistas e homens públicos quando já havia sido tornada obsoleta pela realidade do século XX. Há, neste sentido, pelo menos uma forte indicação, no seguinte trecho, contido em "*Am I Liberal?*": "Half of the copybook wisdom for our statesmen is based on assumptions which were at one time, true, or partly true, but are now less and less true day by day. *We have to invent a new wisdom for a new age*". (p. 337, grifo meu). Esta proposição é, ademais, totalmente consistente com a visão de Keynes das transformações estruturais que atravessam o sistema a partir de meados do século XIX (cf. no mesmo contido Skidelsky 1977, pp. 65-67 e 1983).

<sup>8</sup> Há aqui também um interessante paralelismo entre a periodização do capitalismo aceita por Keynes, e a de Lenin relativa as "três idades do sistema" (que reaparece de forma um pouco modificada em Steindl por exemplo. Cf. Lenin 1917, Steindl 1952). Há ainda uma segunda, e talvez mais interessante, convergência: com as teses de Karl Polanyi sobre a excepcionalidade do século XIX, bem como as modificações trazidas pelo seu último quarto e a instabilidade delas decorrente (A "Sociedade de Mercado" descrita na *Grande*

Quais os sintomas desta metamorfose? O diagnóstico de Keynes é informado pela percepção de três grandes mudanças: 1) processos de concentração-racionalização- organização envolvendo empresas, classes e frações de classes, e as turbulências dali decorrentes. 2) a sujeição da agricultura europeia à lei dos rendimentos decrescentes do solo e o incremento da dependência deste continente em relação a fontes externas de alimentos e matérias-primas. 3) a erosão da ética protestante, devida a razões tanto econômicas quanto sócio-políticas.

Com respeito ao primeiro ponto, Keynes parece ter-se apoiado fortemente em John R. Commons, o economista-historiador que criou as bases do institucionalismo norte-americano. Keynes o cita com aprovação em seu ensaio *Am I a Liberal? Reconhecendo em Commons* "... One of the first to recognize the nature of the economic transition amidst the early stage of which we are now living, who distinguishes three epochs, three economic orders upon the third of which we are entering" (Keynes, 1925, p. 334).

As etapas aludidas seriam um longo período pré-industrial rotulado a era da escassez, marcada pela ausência de liberdades individuais, pela superstição, guerras e formas variadas de intenso controle político sobre a sociedade. Tal estado de coisas seria substituído, entre os séculos XVI e XVIII, pela era do progresso material e da abundância, caracterizada por uma combinação entre um máximo de liberdade individual e um mínimo de controle político, por parte do governo, sobre a sociedade. O século XIX é visto como a culminação deste período, e como triunfo do Laissez-faire (Keynes, 1925, pp. 334-5). O século XX seria, então, a porta de entrada para uma terceira etapa da história humana; uma época de organização coletiva de interesses conflitivos e de acirramento de divergências entre os principais grupos econômicos e sociais. Um período caracterizado por:

"... a diminution of individual liberty, enforced in part by governmental sanctions, but mainly by economic sanctions through concerted action, whether secret, semi-open, open or arbitral, of associations, corporations unions, and other collective movements of manufactures, merchants; farmers and bankers" (Keynes, 1925, p. 335).

---

*Transformação*). Na realidade, a conclusão Polanyiana de que..." O socialismo é, na sua essência, a tendência inerente a uma civilização industrial de transcender o mercado... não me parece fora de sintonia com as ideias de Keynes. (Polanyi 1980, p. 230). A exploração desta convergência seria fascinante, mas, não é este o lugar para fazê-lo.

No ano seguinte (1926) Keynes volta ao tema das transformações políticas e "organizacionais" em curso, no seu ensaio *The end of laissez-faire*. Ali ele trata de chamar a atenção de seus leitores para o que entende como...

"one of the most interesting and unnoticed development of recent decades ... *the tendency of big enterprise to socialize itself*" "a point arrives in the growth of a big institution - continua Keynes - at which the owners of the capital, i.e. the shareholders, are almost entirely, dissociated from the management, with the result that the direct personal interest of great profit becomes quite secondary" (Keynes, 1926, p. 314 grifo meu).

Essa socialização das corporações privadas as leva- conclui Keynes - a se comportarem mais e mais como *entidades publicas* do que como empresas privadas do tipo individualista. A percepção destas mudanças ocorridas na estrutura do capitalismo bem como dos problemas delas derivados, - percepção aguda porem já há muito presente no universo cultural austro-alemão <sup>9</sup> tanto na tradição marxista quanto weberiana constitui, como disse, um dos eixos que se deve ter em conta para compreender o percurso intelectual subsequente de Keynes. É instrutiva, neste sentido, a leitura da correspondência de Keynes com Kingsley Martin, onde ele retorna aos temas das transformações políticas e estruturais ocorridas no capitalismo a partir do último terço do século XIX <sup>10</sup>.

O segundo ponto, de natureza *malthusiano-ricardiana*, mas com implicações "pós-keynesianas", é tratado por Keynes na introdução do "manifesto de 1919". Alí ele observa que o que também chegara a um fim com a virada do século fora a possibilidade da agricultura europeia (europeia ocidental sobretudo) continuar sustentando elevadas taxas de aumento populacional sem se sujeitar a lei dos rendimentos decrescentes do solo. Decorrente daí, o que se estava verificando era o inicio de uma nova etapa na relação entre este continente e o resto do mundo, um incremento na dependência europeia de fontes externas de alimentos e matérias-primas: "Ate aproximadamente 1900, -escreve- , a unidade de trabalho aplicada a indústria produzia, ano a ano, um poder aquisitivo crescente em termos de quantidade de alimentos".

---

<sup>9</sup> Ver a respeito, Marx, 1867, cap. 24, seção 7 e 1894, cap. 27, Bernstein 1899, Kautsky 1902, Tugan-Baranovsky 1905 e 1906, Hilferding, 1910, 1915, 1927 e Lenin, 1916. Para a tradição weberiana, Andresky 1983, cap. 10, Há entretanto um ponto importantíssimo no diagnóstico de Keynes que o separa de social-democratas e weberianos (aproximando-o de Lenin, que Keynes cita com aprovação em *The economic consequences of the peace*, Keynes 1919, pp. 205-07) e fala a seu favor: Enquanto que as duas linhas supracitadas (o Hilferding e o Schumpeter weimarianos em particular) associam as "transformações estruturais" ocorridas com um processo de "*Estabilização relativa*" do sistema, Keynes aponta para o incremento de sua taxa de instabilização ( Hilferding: 1927 e Schumpeter: 1927).

<sup>10</sup> Não vou sobrecarregar o texto eles, mas recomendo, ao leitor, o volume onde está agrupada: o 23º das CWJHK, Esp. pp. 32-6, 56, 73 e 138.



A partir de 1900, este quadro teria se transformado, iniciando-se novamente um progresso decrescente "na recompensa proporcionada pela natureza ao esforço humano". Ele próprio o resume:

"... A lei dos rendimentos decrescente reafirmou-se, e assim, passava a ser necessário que a Europa dispendesse a cada ano uma quantidade maior de outros produtos para obter a mesma quantidade de grãos, não podendo este continente, de modo algum, suportar qualquer desorganização de suas principais fontes de fornecimento".

(Keynes, 1919, p. 223-24).

A implicação "pós-keynesiana" do argumento, mais implícita que explícita no texto, é o aumento do grau de incerteza – quanto ao futuro e a sustentabilidade do padrão de consumo da população europeia, incluindo suas implicações políticas - embutido na transformação em curso.

O terceiro ponto, relativo às mudanças estruturais pelas quais passava o sistema, o mais complexo dos três, tem um forte sabor weberiano: a erosão da ética protestante e suas consequências. O argumento de Keynes é que a sociedade no século XIX estava organizada fundamentalmente "para investir, e não para consumir". A ética protestante, e o comportamento frugal e de abnegação ao trabalho dela derivados, era funcional a este estado de coisas, o que, por sua vez, era coerente com a realidade econômica da época: o capitalismo oitocentista não era propriamente a "era da abundância" sugerida por Commons, ainda que fosse, na opinião do próprio Keynes o passaporte para a mesma. Há de fato, nessa interpretação, uma autêntica recuperação, o que para muitos soará surpreendente, do diagnóstico emitido por Marx e Engels no *manifesto*, a qual se explicita na passagem abaixo:

"Era precisamente a desigualdade na distribuição da riqueza que tornava possível aquela vasta acumulação de capital que distinguiu esta época de todas as demais. Aqui reside na realidade, a justificação fundamental do sistema capitalista" (Keynes, 1919, p. 21)

Concluída ou em vias de se concluir tal tarefa - a da acumulação de *um vasto estoque de capital e riqueza* - fica subentendida, no texto de Keynes, a progressiva perda de função da institucionalidade do século XIX, bem como da "ética protestante" com a qual se conectara (o paralelo com Weber é evidente). Ademais, com o ingresso do sistema na etapa de "organização conflitiva de interesses", o poderio não contestado da classe capitalista cede lugar a uma atitude muito mais reivindicativa e muito menos tolerante com o status-quo, por parte dos trabalhadores. A psicologia da classe capitalista se vê afetada: os

animal-spirits, de certo modo, domesticam-se. A "Bulness" anterior vai sendo substituída por uma "creeping beariness" (cf. Keynes in CWJHK. vol. 23, pp. 32-36, os termos "Bulness e creeping beariness são meus- LB).

A "guerra" aparece, neste contexto, para Keynes (como o foi para Lenin) como um acelerador dos acontecimentos, e introduz uma significativa inovação ao revelar " ... para todos a possibilidade do consumo e para muitos, o vazio da abstinência".

"As classes trabalhadoras - argumenta - podem não querer renunciar tão amplamente por mais tempo (ao seu consumo) e as classes capitalistas, *perdida a confiança no porvir*, podem pretender gozar mais plenamente as suas facilidades enquanto durem..." (Keynes, 1919, p. 23, grifo meu)

Duas observações sobre o anterior: em primeiro lugar, o tom dado por Keynes ao seu diagnóstico é, neste texto, como se pode perceber, um tanto sombrio. Uma eventual explosão de demandas reprimidas dos trabalhadores unida a uma "renúncia ao investimento" por parte da classe capitalista em uma época ainda de escassez não lhe parecia um futuro promissor (cf. Bell: 1960 para uma interpretação semelhante). Somente nos escritos "políticos" dos anos 20 e 30 e na *Teoria Geral* que Keynes passa a compreender com clareza os aspectos positivos, para o funcionamento deste "novo capitalismo", que desponta na década de 1920 em meio a todas as turbulências do pós-guerra, embutidos na "atitude reivindicatória dos trabalhadores" e na substituição da ética protestante por uma *cultura do hedonismo*.

Voltaremos a isto na quarta parte do presente trabalho. Em segundo lugar, é indiscutível que esta é uma análise fundamentalmente "europeia" (Schumpeter diria *inglesa*, cf. Schumpeter 1947, p. 262). A força do capitalismo norteamericano no imediato pós-guerra não lhe fica tão clara em 1919. Por outro lado, é muito presente, e aguda, a percepção que tem Keynes das implicações internacionais dessas mudanças no capitalismo europeu, e, por conseguinte, das implicações para "a ordem capitalista", do desarranjo de uma de suas principais componentes: a Alemanha. Seguindo Keynes, Galbraith escreveria no seu livro sobre a história das ideias que "... na Europa, foi a primeira guerra mundial que abalou as antigas certezas ... nos Estados Unidos, foi a grande depressão" (Galbraith 1977, cap. 7). Keynes concordaria, mas certamente trataria de sublinhar a ligação entre os dois eventos.

Sintetizando, para concluir esta parte, quero deixar assinalado que Keynes parecia identificar nessa nova configuração do capitalismo, duas ordens de problemas: a) um processo de, digamos, "calcificação" ou *perda de flexibilidade* do

sistema, oriundo das "*socio-economic rigidities*" nele introduzidas pelos movimentos de concentração econômica e corporativização da representação de interesses, e b) uma significativa *elevação do grau de incerteza* na classe capitalista, derivada tanto do anterior, quanto do impacto da primeira guerra mundial, e das turbulências políticas subsequentes <sup>11</sup>. Passemos ao exame deste último ponto.

---

<sup>11</sup> Bell 1960, e Skidelsky 1977 e 1983 fazem avaliações convergentes com a que proponho aqui.

### 3. O Impacto da Guerra e de "1917"

Um dos aspectos mais negligenciados nas avaliações da *visão política de Keynes* (tema pouco trabalhado e cujas potencialidades estão ainda por ser exploradas) é o da sua agudíssima percepção dos riscos trazidos, tanto para o capitalismo quanto para a democracia, pela nova constelação de forças cristalizada a partir de "1917" e do *bienio rosso* que lhe sucedeu<sup>12</sup>.

A contribuição mais interessante no sentido de chamar a atenção para este ângulo do pensamento de Keynes é a de Antônio Negri. Num instigante ensaio escrito em 1967 e titulado "*J. M. Keynes e a Teoria Capitalista do Estado em 1929*", Negri nos adverte justamente para a consciência, presente em Keynes desde pelo menos 1919, e ausente da Conferência de Versalhes, do impacto da Revolução Russa, e do terremoto que a mesma deflagrou sobre a estrutura política do capitalismo. Keynes o percebe por dois ângulos, o das relações internacionais – isto é, da ruptura sistêmica - e o do incremento dos conflitos inter-classes no interior de cada país capitalista (Negri: 1978 [1967], pp. 33-59). A partir deste ângulo de leitura torna-se totalmente coerente a condenação radical de Keynes a *Versalhes*, e aos tratados que produziu.

O argumento é límpido: ao aprofundar a desorganização de uma Europa já permeada por assimetrias econômicas e carregada por uma perigosa taxa de radicalização política, ao implantar novas assimetrias entre este continente e os demais, e, sobretudo, ao estrangular completamente as possibilidades de recuperação do mais dinâmico dos capitalismo europeus, os aliados estavam não apenas sabotando a sua própria recuperação econômica, mas, também, virando as costas para a estabilidade política, e para a democracia.

"Nossa atitude - argui Keynes - ... deve ser determinada pelos nossos sentimentos frente ao futuro das relações internacionais e de paz no mundo ...Se o que desejamos é que, ano após ano, Alemanha seja empobrecida ... e esteja rodeada de inimigos, então, rechacemos todas as proposições desse capítulo e particularmente as que possam ajudar a Alemanha a recuperar parte de sua antiga prosperidade material ..."

Não obstante, se assim for, prossegue:

"Não haverá nada que possa deter, por muito tempo, esta última guerra civil entre as

---

<sup>12</sup> Concordando com Charles Maier no seu comentário ao livro de 1919: "We must read this text finally not as just a statistical argument about realistic peacemaking but as a warning about the social and cultural order" (2009, p 6).

forças de reação e as convulsões desesperada da revolução, frente a cujos horrores, serão insignificantes os da última guerra, o que destruiria qualquer que seja o vencedor, a civilização e o progresso da nossa geração" (Keynes, 1919. pp. 233-4)<sup>13</sup>.

Tendo em mente o anterior é que devemos entender tanto seu entusiástico aplauso aos "14 pontos de Wilson", como uma base para organizar racionalmente a economia e a política internacionais, quanto suas ácidas críticas aos estadistas aliados, particularmente ao próprio Wilson, pela sua *não* adoção (cf. Keynes, 1919. p. 57 e segs.). É esta mesma posição que o leva a dardejear a visão da *City* a propósito da restaurabilidade da ordem internacional do pré-guerra.

"Não confio nesta visão de mundo" dirá Keynes, ao que acrescenta...

Nem domesticamente o capitalismo está muito seguro, apesar de ter ainda consigo muitas simpatias, e de representar um papel importante na organização da produção" (Keynes, 1919. pp. 245-6).

O tema será recorrentemente retomado ao longo dos anos vinte, e os "alertas" soados por Keynes permanecerão coerentes com a sua mensagem de 1919.

"A dificuldade - escreverá em 1925 - é que os líderes capitalistas na *City* e no parlamento são incapazes de distinguir novas medidas que permitam salvaguardar o capitalismo daquilo que denominam Bolchevismo" (Keynes, 1925, p. 327).

Não são menos perceptivas as suas análises tanto do impacto potencial de "1917", quanto das consequências possíveis de uma virada ultraconservadora na Alemanha, para o conjunto da Europa e para o futuro do capitalismo de modo geral.

"Do ponto de vista militar - afirma Keynes- teme-se em alguns setores uma união

definitiva das forças russas e alemã, o que seria mais provável se triunfarem movimentos reacionários em pelo menos um destes países... Por outro lado, teme-se

ainda o êxito do Bolchevismo, e, há que se reconhecer que, as únicas forças eficazes

para combatê-lo são os reacionários dentro da própria Rússia, e as forças organizadas

---

<sup>13</sup> São, a este propósito, muito interessantes as considerações de Keynes, sempre citando Lenin, a propósito da relação entre a inflação e desorganização do capitalismo ( Keynes 1919, pp. 206-13).

da autoridade e da ordem na Alemanha" <sup>14</sup>.

Ao que aduz:

"Uma vitória do espartaquismo na Alemanha poderia muito bem ser o prelúdio da

revolução em todas as partes: renovaria as forças do Bolchevismo na Rússia e

precipitaria a temida aliança entre os dois países ..." (Keynes, 1919. p. 252).

Lenin e Trotsky não estavam distantes destas posições (cf. por exemplo Claudin, 1970. vol. 1. caps. 1 e 2 e Knei-Paz, 1978. cap.8). Keynes, entretanto, avança uma consideração adicional que não estava, nem estaria até as vésperas da catástrofe de 1939, presente na mente dos "revolucionários". Diz ele o seguinte:

"Por outro lado, uma vitória da reação na Alemanha seria vista, em todo o mundo, como uma ameaça à segurança da Europa que poderia por em xeque os frutos da vitória e as bases da paz. Ademais, *o estabelecimento de um novo poder militar com seu foco espiritual em Bradenburgo ... Poderia fundar bem...uma nova dominação napoleônica que surgisse, como a fênix, das cinzas do militarismo cosmopolita.* (Keynes, 1919. pp. 252-53 grifo meu).

Luz nas trevas! A história dar-lhe-ia razão. É frente a esta nova constelação de relações sociais e internacionais que Keynes empresta seu apoio ao governo social-democrata recém-estabelecido na Alemanha.

"O argumento recomenda, pois, a conservar - escreve - aquelas forças moderadas da ordem que, com alguma surpresa para o mundo ainda insistem em equilibrar-se sobre a gangorra do temperamento alemão" (p. 253).

É frente a ela também que Keynes concluirá, nos anos vinte, ser impossível reconstruir uma direção política eficaz se não se mantiver *"uma mentalidade flexível perante a estas formas de semi-socialismo"*, que para ele eram as "tendências naturais" da época e das quais se devia tirar partido. (cf. Keynes, 1926, p. 122 e Marramao, 1982, pp. 56 e segs.). Visto por este prisma, é fascinante o grau de convergência de seu pensamento com as ideias desenvolvidas, a mesma época,

---

<sup>14</sup> O frequentemente decantado horror de Keynes ao bolchevismo procede, mas, isso não deve ser estendido - o que costuma ocorrer - à experiência revolucionária soviética como um todo. Na conclusão de seu ensaio de 1925, *a Short View of Russia*, ele faz a seguinte declaração:

"Here - one feels at moments - in spite of poverty and stupidity - that [Soviet Russia] is the Laboratory of Life. Here the chemicals are being mixed in new combinations, and stink and explode. Something - there is just a chance - might come out. And even a chance gives to what is happening in Russia more importance than what is happening (let us say) in the United States of America (ibid, p. 311). Examinar os escritos "políticos" de Keynes é sempre sinônimo de topar com instigantes provocações.

pela social-democracia alemã, pela pena de Rudolf Hilferding por exemplo, e, mais ainda, com a reflexão crítica austromarxista (Lederer e Bauer) sobre o conceito de *Capitalismo Organizado*. (cf. Marramao, 1982. Introdução e cap. 3 da 1a. parte). Essa convergência fica patente, por exemplo, na declaração que faz Keynes em seu ensaio *Am I a Liberal?* de 1925 no sentido de que...

"The transition from economic anarchy to a regime which deliberately aims at controlling economic forces in the interests of social justice and social stability, will present enormous difficulties both technical and political. I suggest, nevertheless, that the destiny of new liberalism is to seek their solution" (Keynes, *ibid*, p. 335).

Tal exortação é substancialmente a mesma que a apresentada por Hilferding nos seus escritos sobre o advento do "capitalismo organizado", preparados para os congressos social-democratas de Heidelberg [1925] e Kiel [1927] (cf. Hilferding, 1925 in Salsano -ed: 1984, Hilferding 1927, in Bottomore, T and Goode, P: eds: 1983 pp. 247-53 e Marramao, 1982, parte 1, cap. 3)<sup>15</sup>. O exame desta inesperada interseção teórico-política não pode ser prolongado aqui - é, todavia, tema para um projeto fascinante de pesquisa "em aberto". Na realidade, penso ser possível levar ainda mais longe, o paralelismo de Keynes com a tradição social-democrata austríaca e weimariana, e quero deixá-lo assinalado.

Penso ser possível argumentar que os "manifestos políticos" emitidos por Keynes entre 1919 e 1936 reciclam, *numa perspectiva não marxista*, pontos de vista já presentes, por exemplo, nas análises de Engels sobre as repercussões políticas dos eventos de 1848. Ali Engels sugeria, que a novidade era que o conflito básico a sacudir a sociedade deixava de ser entre aristocracia e burguesia para se converter em ordem versus revolução (cf. Engels: 1895). Trotsky retoma o tema em 1906, no seu panfleto "Balanço e Perspectivas" (particularmente no capítulo "1789 - 1848 - 1905") e Lenin o faz em 1916-17 (Para Trotsky: Kney-Paz 1978 cap. 3 e Lenin: 1917). Esta é também a tese de Keynes. O que os diferencia basicamente é a crença marxista na *inevitabilidade* do colapso do capitalismo, que Keynes via como *possibilidade* apenas. É bem verdade que isto traz à tona divergências maiores no que se refere a percepção da natureza do processo de evolução do capitalismo: *Aquilo que o marxismo ortodoxo via como leis cegas da história Keynes identificava como cegueira dos legisladores*.

Tal divergência, embora extremamente importante, do ponto de vista da interpretação histórica não elimina, entretanto, a interface, a qual pode ser

---

<sup>15</sup> Aqui, vale notar, Keynes e Marx se separam de Weber e Schumpeter. A "Jaula de ferro da modernidade" dos dois últimos era, para os primeiros, a sua "Aventura" (Sobre Marx, além do Manifesto de 1848, ver Berman:1985 cap.2)

percebida também por um outro ângulo: o da tese do "cumprimento da missão histórica do capitalismo", para qual faz coro a tradição marxista e que Keynes enxerga como "erosão de sua justificação fundamental", conectando-a com o declínio secular na eficiência marginal do capital. Este declínio teria por base, como veremos em seguida, a conversão deste "fator de produção" de escasso em abundante. Isto nos leva à quarta parte de nosso trabalho.



#### 4. Rumo à Sociedade da Abundância?

A análise de *The economic consequences of the peace* continha, como vimos, agudas observações relacionando o incremento de taxa de irracionalidade das elites vitoriosas, na gestão da crise política do pós-guerra, com o aprofundamento da desorganização econômica do sistema. Havia, entretanto, uma outra linha de argumentação no texto de Keynes. Embrionária sem dúvida, mas que, refletindo sua visão de longo prazo, punha-o em linha com as prognoses clássicas de Smith e, principalmente, de John Stuart Mill: são suas fortes suspeitas de que o capitalismo do seu tempo estava, a despeito de toda a desorganização a que era submetido pela cegueira dos legisladores, caminhando a passos rápidos para uma etapa de *maturidade econômica*, para um estágio onde o estoque de riqueza acumulada já seria suficiente para permitir uma resposta generosa às demandas da sociedade. Tais suspeitas só se fazem confirmar nos anos vinte e é a certeza da sua proximidade que está na base da revolução teórico-política proposta em 1936.

Na realidade, desde a década de 1920, Keynes formulava um diagnóstico dos "problemas do seu tempo" totalmente coerente com os *insights* do panfleto de 1919. O ensaio *The Economic Possibilities of Our Grand-children*, publicado em 1930, está entre os mais interessantes que saíram de sua pena. Ali, ele oferecia uma perspectiva inteiramente original para a análise da depressão em curso. Distante tanto do catastrofismo do Cominterm e do *Marxismo Ocidental* de modo geral, que nela viam a nêtese do sistema, quanto da miopia neoclássica ortodoxa, que ali enxergava apenas uma fricção passageira provocada por interferências exógenas no seu funcionamento basicamente estável, Keynes observava que a depressão refletia as.....

"...Dores crescentes de mudanças excessivamente rápidas, (a) dor do reajustamento entre um período econômico e outro".

Ao que acrescentava:

"O aumento da eficácia técnica tem ocorrido com mais rapidez do que conseguimos lidar com o problema da absorção de trabalhadores; o progresso no padrão de vida foi um pouco rápido demais..."(Keynes, 1930, p. 150).

Ou seja, a crise era, de fato um *índice da intensidade do progresso anterior*, e um alerta para as mudanças requeridas para a sua absorção. Era a transição entre dois períodos - e entre dois padrões - de crescimento. Schumpeter deve ter empalidecido ao ler este texto. Era tudo que ele gostaria de ter dito naquele

momento - só o faria em 1939 - e em meio à uma moldura conceitual, seu esquema tricíclico e ainda calcado no equilíbrio, mecânico e teoricamente deficiente, como tantos de seus pares - incluindo Kuznets e Lange - o apontaram<sup>16</sup>.

O ano, 1930, era o mesmo da publicação do *Treatise on Money*, mas é um outro Keynes o que escutamos em *The Economic Possibilities.....* Tomado por ousadia e "heterodoxia" surpreendentes, ainda que características de seus escritos "políticos" anteriores, ele nos diz que:

"Estamos sendo atingidos por uma nova doença, a respeito da qual alguns leitores ainda podem não ter ouvido falar, mas sobre a qual ouvirão muito nos próximos anos - ou seja, o *desemprego tecnológico*. Isto significa um desemprego causado pela nossa descoberta de meios para economizar o emprego de trabalho, a um ritmo maior do que aquele pelo qual conseguimos encontrar novas utilizações para a força de trabalho".

Ao que aduz:

"Trata-se, porém, apenas de uma fase temporária de desajustamento. Afinal, tudo isto significava que *a humanidade está resolvendo seu problema econômico*". (Keynes, 1930, p. 154 grifo meu).

Keynes procede em seguida a um desprezioso, embora eloquente, exercício de previsão partindo da estimativa - conservadora - de uma taxa média de crescimento anual do produto de 2% - o que lhe dá um incremento do estoque de capital de cerca de 50% em 20 anos - para observar que...

"Se não houver grandes guerras e um grande aumento populacional, o problema econômico poderá ser resolvido, ou pelo menos, ter uma solução a vista nos próximos anos. Isto significa o problema econômico não constitui-se olharmos para o futuro - O problema permanente da raça humana. Assim -prosegue - pela primeira vez desde sua criação, o homem enfrentará seu problema real e permanente - como empregar a liberdade de preocupações econômicas prementes, como ocupar o lazer que a ciência e o juro composto lhe terão conquistado, para viver bem, sadia e agradavelmente" (Keynes, 1930, pp. 155-156)<sup>17</sup>.

Prosseguindo, conclui:

---

<sup>16</sup> V. a respeito, *Business Cycles* (1939) vol. 2, cap. 15. O ensaio de Schumpeter escrito "em cima" da depressão é muito menos enfático no argumento posto em relevo por Keynes do que viria a ser na obra supracitada (cf. Schumpeter 1951, pp. 93-97).

<sup>17</sup> Schumpeter repetira, em 1942, o mesmo prognóstico, ainda que a ele associando a abundância relativa criada pelo sistema capitalista - o seu "sucesso" - ao declínio sócio-político-institucional, da "ordem capitalista" (Schumpeter 1942, parte 2).

"Portanto estou à espera, em dias não muito remotos, da maior mudança que ocorrida no âmbito material da vida, para os seres humanos no seu conjunto. Mas, naturalmente, isso ocorrerá gradativamente, e não como uma convulsão. Na verdade, já começou a ocorrer. O curso dos acontecimentos resultará simplesmente na existência de classes cada vez maiores e de grupos de pessoas praticamente livres dos problemas relativos às necessidades econômicas. A diferença crítica ocorrerá quando esta condição tiver se tornado tão geral que se modificará a natureza do dever de cada uma para com o seu próximo". (ibid., p. 159)

Que *ponto de encontro* temos aqui! Se pudéssemos imaginar um *meeting*, visionários do passado ver-se iam reconhecidos pelos do presente (dos anos trinta) e ambos felicitar-se-iam mutuamente pelo reaparecimento de suas teses no futuro: Karl Marx veria, embora um pouco a contragosto, uma certa convergência entre suas brilhantes páginas sobre os efeitos da automação, nos *Grundrisse*, e as de John Stuart Mill a respeito do "estado estacionário"<sup>18</sup>. Os dois não teriam dificuldade em entender os argumentos de Keynes ou Schumpeter e todos reconheceriam no André Gorz de *Adieux au proleteriats* e *Les chemins du paradis* algo de seus ensinamentos<sup>19</sup>. Não posso, todavia me deixar levar por essa compulsão em estabelecer conexões na história das ideias. Não é propriamente disso que estou tratando. Volto a Keynes.

Embora inquestionavelmente otimista quanto às possibilidades da sociedade futura, ele era também suficientemente cauteloso para assinalar os constrangimentos político-institucionais aos quais estaria submetido este "salto do reino da necessidade para o da liberdade". Já o dissera em *Am I a Liberal?* e volta a afirmá-lo no ensaio de 1930.<sup>20</sup> Alí ele observa o seguinte:

"O ritmo em que poderemos atingir este nosso destino de satisfação econômica será condicionado por quatro fatores - nossa capacidade de controle a população, nossa determinação em evitar guerras e dissensões civis, nossa disposição em confiar à ciência a direção dessas questões, que constituem propriamente sua preocupação legítima, e o ritmo de acumulação....". (Keynes, 1930, p. 158).

Pelo que sabemos, Keynes não tinha, todavia, ilusões sobre a automaticidade de qualquer destes quatro itens. Ao contrário, sabia que se

---

<sup>18</sup> Devo sublinhar aqui que, em termos políticos, Keynes é um herdeiro direto do "liberalismo radical de J Stuart Mill", e que sua influência é particularmente evidente nesse ensaio.

<sup>19</sup> Cf. Marx 1977 (1857-58) vol. 2, pp. 216-30; Mill 1983(1848). Livro quarto, cap. 6 e Gorz, 1980 e 1983 passim

<sup>20</sup> O tema é retomado no ensaio *The Dilemma of Modern Socialism*, de 1932, que referiremos em seguida (v. a este respeito, p. 196).

encontrava em meio a uma conjuntura, tanto econômica quanto politicamente, delicada e frente a uma atmosfera intelectual, tanto a esquerda quanto à direita, voltadas para os problemas do passado o que só fazia acirrar os conflitos do presente. Já vimos suas opiniões acerca dos responsáveis pela reconstrução da Europa após a Conferência de Versalhes e da visão da *City* sobre a exequibilidade de um retorno ao *laissez-faire*.

Vamos examinar agora sua atitude em relação ao "mundo do trabalho", ao partido trabalhista e ao socialismo britânicos. Para isso recorro a um texto pouco conhecido de Keynes: uma comunicação por ele apresentada, em dezembro de 1931, na *Society for socialist inquiry and propaganda* e publicada posteriormente com o título "*The dilemma of modern socialism*". Neste texto, explicita-se, de forma muito clara, não apenas a face social-democrata do autor da Teoria Geral, mas também, a ventilação de propostas cuja defesa mais articulada somente apareceria no livro de 1936. Ciente do "neoclassicismo", em matéria de política econômica, do partido trabalhista de seu país o exorta a " ...se emancipar intelectualmente, a fim de discernir o que é economicamente sã" e, num exercício de suprema habilidade política e técnica de persuasão, sugere:

"Quanto a mim, penso que em matéria econômica, encontramos-nos num momento em que é desejável que nos concentremos sobre o que é economicamente sã. Para isto existem duas boas e suficientes razões. Em primeiro lugar, ocorre que as medidas mais urgentes (e economicamente sãs) não se afastam em nada, como ocorria talvez em épocas anteriores, da via que conduz ao ideal. Pelo contrário, elas vão mesmo nesta direção. Estou convencido, de que aquilo que é mais urgente em termos prático - o *controle central dos investimentos e a redistribuição dos rendimentos* com vista a proporcionar poder de compra para o imenso potencial desenvolvido pela técnica moderna - também tende a criar....um modelo melhor de sociedade. Com efeito, existe, sem dúvida, atualmente, uma menor oposição que antes entre as exigências da prática e as aspirações ideais " (Keynes, 1931, p. 197 grifo meu).

Eis-nos, pois, frente a atitude realmente coerente com a postura social-democrata ante o capitalismo: A do crítico munido de um programa prático de transformação. Atitude que, note-se de passagem, incoerentemente consigo mesmo e com sua plataforma "Bernsteniana", não teve o maior dos partidos Social-democratas da Europa - e guia dos demais - o alemão. A postura de Keynes para com o partido trabalhista britânico tem, aliás, um forte paralelo com a do líder sindicalista - estatístico e socialista alemão (discípulo de Bortkiewicz) -

W.S. Woytinsky coautor, junto com F.Tarnow e F.Baade, de uma proposta de intervenção político-econômica muito semelhante a Keynes (É oportuno assinalar que Keynes conhecia esta proposta - elaborada em 1931 e cujo "*first-draft*" ele recebeu neste mesmo ano), o chamado "*W.T.B. Plan*"<sup>21</sup>. Woytinsky viu as medidas que propunha serem sistematicamente vetadas pelo papa teórico do partido, à época... Rudolf Hilferding (!). Num artigo publicado, no mesmo ano que Keynes se dirigia aos socialistas britânicos, na revista sindical alemã *Der Arbeit*, Woytinsky, dava as seguintes declarações:

"O movimento operário tem necessidade de um programa de ação política, que indique aos trabalhadores e também aos outros estratos populares que a social-democracia e os sindicatos são capazes de ver uma saída para a miséria econômica. *Atualmente não temos nenhum programa de ação de política econômica*. Temos uma lista de reivindicações sociais que buscamos impor com capacidade e reconhecimento dos problemas. Temos uma posição precisa sobre cada problema. *Não temos um programa*" (Woytinsky cit. por Garvy, 1975, grifos meus).

A social-democracia e os sindicatos não foram capazes de tirar da Alemanha da miséria econômica. O plano "Woytinsky" foi implementado - tomando um viés armamentista já em 1935/6- por Hitler, Schacht e Göring (Garvy: 1975 pp 398-99). A Recuperação Alemã se deu em tempo recorde, mas destruindo a democracia, instituindo o terror, e com os resultados que conhecemos (Tooze: 2006).

Pois bem, era exatamente num programa como o apregoado por Woytinsky (e também por Otto Bauer em 1933.)<sup>22</sup>, uma estratégia capaz de restaurar a economia, organizando o capitalismo, e preservar a democracia, que Keynes trabalhava em Cambridge, neste mesmo momento.

É aqui, penso, que pode ser localizado o *decisivo passo adiante dado por Keynes, em relação às correntes progressistas do seu tempo*. Não só na percepção de que a dimensão cada vez mais massificada e organizada da conflituosidade social requeria um novo tipo de estado; pois isso já era claro - como assinalou Maramao - aos observadores mais agudos da cena Weimariana. Mas, isso sim,

---

<sup>21</sup> V. a respeito Garvy, 1975, pp. 397-401 e Day: 1981, cap 7.

<sup>22</sup> "It is imperative - escreveu Bauer em julho de 1933 - That we should explore new avenues. No economic revival can be hoped from the free play of market forces. Great public works and investment orders alone can set the economy moving again. There is no lack of work to be done; the problem is how to find the money... let the government raise a loan on the capital market or, if necessary, from the banks pursue a wise policy of credit expansion... unperturbed by credit and currency doctrines from the past... [and this will prove no unsurmountable obstacle.]" Para uma aguda reflexão sobre o "fim do capitalismo liberal" entre os anos 20 e 30 e suas implicações, ver Pollock: 1941 (a) e 1941 (b).

na produção de uma *Teoria* que interpretasse tais transformações, e de um *programa* que orientasse a sua realização (cf. Marramao 1982, pp. 54-60)

A inabalável convicção de Keynes no poder de persuasão de ideias corretas não o impedia, entretanto, de perceber a "antiga verdade" já assinalada por Schumpeter, de que... "os mortos sempre governam os vivos" (Schumpeter, 1919, p. 124.). Isto é, a *força da tradição*. Keynes sabia que a "sociedade da abundância" era uma *possibilidade sim, mas, a ser construída*. Sabia que para que fosse atingido este fim, mudanças substantivas teriam que ser introduzidas nas instituições e na organização do sistema. Sabia, dos perigos rodeando uma economia capitalista encharcada em liquidez<sup>23</sup>, mas onde os empresários poderiam ter prejuízos caso se dispusessem a oferecer emprego até a escala suficiente para absorver toda a força de trabalho disponível, e que, portanto...

"A situação do equilíbrio em regime de laissez-faire será aquela em que o emprego seja baixo e o nível de vida suficientemente miserável para levar as poupanças a zero" (Keynes, 1936, p. 153).

Eis-nos diante do tema central do livro de 1936. Qual seja, o da consideração juntamente com o advento a "sociedade da abundância" dos problemas que ela, *se não devidamente administrada*, tenderia a acarretar. É aguda, neste sentido, a observação de Chermonas de que a Teoria Geral é... "from beginning to end, a tract for a post-scarcity society" (Chermonas, 1984, p. 1007.). De fato, a conexão entre os dois elementos acima mencionados é estabelecida logo no início de livro quando, no capítulo 3, Keynes oferece a sua explicação **estrutural** do "paradoxo da pobreza em meio a abundância":

"...A simples existência de uma demanda efetiva insuficiente pode paralisar e frequentemente paralisa, o aumento do emprego **antes** de haver ele alcançado o nível de pleno emprego...Além disso, quanto mais rica for a comunidade, mais tenderá a ampliar a lacuna entre a sua produção efetiva e a potencial; e, portanto, mais óbvios e maléficos os defeitos do sistema econômico....Se - prossegue Keynes - em uma comunidade potencialmente rica o incentivo para investir for fraco, a insuficiência da demanda efetiva a obrigara a reduzir sua produção real ate que, a despeito de sua riqueza potencial, ela se torna tão pobre que os excedentes sobre o consumo diminuam ate chegar a níveis correspondentes ao seu fraco incentivo para investir" (Keynes, 1936, p. 33)..

---

<sup>23</sup> Por efeito do endividamento e do subsequente incremento da preferência pela liquidez refletida nas expectativas empresariais, ambos oriundos da combinação da expansão dos anos anteriores e sua reversão, refletida na depressão em curso.

A passagem conclui com uma mensagem sabidamente pessimista:

"A situação, contudo, é ainda mais sombria. Não apenas a propensão marginal a consumir é mais fraca numa comunidade rica, como também, em virtude de o capital acumulado já ser grande, as oportunidades para novos investimentos são menos atrativas, e não ser que a taxa de juros desça a um ritmo bastante rápido" (Keynes, 1936, *ibid.*).

Como se vê, a dificuldade repousa em dois eixos, que não são independentes entre si, mas possuem identidade própria: *A lei psicológica fundamental* explica o declínio relativo do consumo vis-à-vis o crescimento da renda. *A proximidade da conversão do capital num recurso abundante responde pelo declínio na sua eficiência marginal.* A interação recíproca entre esses dois processos potencializa seu efeito paralisador. É possível, todavia, e necessário, distinguir dois tipos de problemas no quadro anterior. Alerto, porém que eles *não estão claramente separados na argumentação de Keynes*, o que certamente contribui para obscurecer sua natureza distinta.

O primeiro tem a ver com as oscilações, bruscas, induzidas ao sistema, no seu *caminho* para a abundância, por *mudanças externas à capacidade de controle dos agentes e impossíveis de serem previstas.* O mecanismo através do qual estes choques originam flutuações nos níveis de renda e emprego é conhecido. São as mudanças, súbitas, nas expectativas de longo prazo dos investidores, sua ação sobre as escalas projetadas de eficiência marginal do capital e seus efeitos sobre a preferência pela liquidez. (cf. Keynes, 1936, caps. 5 e 12. Cardim de Carvalho: 1992). A contração daí derivada é *cíclica*, mas, dada a insuficiência de demanda efetiva que lhe corresponde, não existem no sistema mecanismos que assegurem a correção automática da situação.

Em tal caso, a economia poderá permanecer a um baixo nível de atividade, com elevado nível de desemprego e alto grau de ociosidade de suas instalações. É evidente que situações como esta levam ao retardamento da "era da abundância" e podem, no limite, até acarretar uma solução de continuidade à sua consecução. Era esta a radiografia dos anos trinta que Keynes tinha para si, e é para este tipo de dificuldade que quer chamar a atenção quando escreve que...

"A situação que estou indicando como típica *não* é aquela em que o capital seja tão abundante que a comunidade em conjunto não possa razoavelmente empregar mais nenhum, mas aquela em que o investimento se efetiva em *condições instáveis e efêmeras* pelo fato de ser suscitado por expectativas destinadas a malograr" (Keynes, 1936, p. 222 grifos meus).

O segundo tipo de problema discutido (de forma insuficiente acrescento de imediato) na Teoria Geral e sobre o qual quero chamar a atenção do leitor, está relacionado com o que tenderia a ocorrer com o sistema, *ainda que ele não fosse submetido a qualquer flutuação cíclica*, a medida em que progredisse em direção ao "estado de abundância". A factibilidade do alcance deste patamar, que em 1930 Keynes não precisava uma data, aparece na obra de 1936 como realizável, em tese, ao fim dos vinte e cinco anos seguintes:

"E muito possível, na verdade, que a existência do emprego quase pleno durante vários anos fosse acompanhada, em países tão ricos como a Grã-Bretanha ou nos Estados Unidos, por um fluxo de novos investimentos, admitindo a propensão a consumir existente, tão intenso que levasse eventualmente a um estado de pleno emprego no sentido de não se poder mais esperar de um novo incremento de bens duráveis de qualquer tipo, segundo cálculos razoáveis, um rendimento agregado bruto superior a seu custo de reposição. Além do mais, tal estado poderia alcançar-se num futuro próximo - digamos, dentro de vinte e cinco anos mais ou menos. Não se deve pensar que nego esta possibilidade quando afirmo jamais ter existido, sequer momentaneamente, uma situação de pleno emprego" (Keynes, 1936, p. 223).

A discussão levada ao cabo no capítulo 16 da obra mostra, todavia, como improvável a realização concreta dessa projeção, caso o sistema permanecesse sujeito ao livre jogo das "forças do mercado". Ali, numa passagem extremamente perceptiva, Keynes aponta para a escassa probabilidade de *uma coincidência entre o ponto de saturação do estoque de capital (EMC=0), sua plena utilização e o pleno emprego da força de trabalho*:

"Supondo previsões corretas, o nível de equilíbrio do estoque de capital, ao qual corresponderá uma eficiência marginal de zero será, naturalmente, inferior ao correspondente ao pleno emprego de mão-de-obra disponível, pois o equipamento que corresponde a essa produção será o que assegurar uma poupança nula".

O raciocínio se conclui em seguida:

"A única outra posição de equilíbrio possível seria uma situação em que um estoque de capital bastante elevado, para ter uma eficiência marginal nula, representasse também uma quantidade de riqueza suficiente para saciar por completo o desejo de atender ao futuro, mesmo em situação de pleno emprego, em circunstâncias tais que nenhuma bonificação em forma de juro pudesse ser obtida.



*Contudo, seria uma coincidência improvável que a propensão a poupar em condições de pleno emprego se satisfizesse justamente no instante em que o estoque de capital atinge o montante que torna nula a sua eficiência marginal" (Keynes, 1936, p. 153 grifo meu).*

A passagem é tortuosa, mas possui um significado importante - que, notemos, já se encontrava em Ricardo: *o pleno emprego do capital não deve ser confundido com o pleno emprego da força de trabalho disponível*. Para explicar a razão pela qual o primeiro tenderia a ocorrer antes do segundo, seria útil a Keynes o resgate de sua hipótese de 1930, sobre o "desemprego tecnológico". Ele não o faz, mas não cremos estar violando seu pensamento ao sugerirmos que ela permanecia implícita no seu raciocínio. Em todo caso, creio que o prognóstico quanto ao futuro do sistema, discernível na Teoria Geral, é o seguinte: Permanecendo as condições de laissez-faire, o sistema evoluiria de modo simultaneamente *ciclotímico e anêmico*; isto é , *sua instabilidade natural se associaria à uma tendência à estagnação, ditada pelos "rendimentos decrescentes" do capital, resultantes da expansão de seu estoque* .

O resultado dessa conjugação - entre um arcabouço institucional liberal e saturação de capital - seria num certo sentido o *pior dos mundos* :A instabilidade característica da ausência de mecanismos de pré-conciliação das decisões de produção e investimento se conecta com expectativas de longo prazo *secularmente declinantes*, às quais Keynes já fazia referência no texto de 1919 (cf. Bell: 1960 para uma interpretação convergente). Podemos olhar para este quadro através do "*paradoxo de Domar*", qual seja, o de que somente se a capacidade produtiva cresce a um ritmo suficientemente rápido é possível evitar o aparecimento de excessos de capacidade que inibam o processo de investimento (cf. Domar,1947).

Dado o grau de "maturidade" já atingido pelo capitalismo do segundo terço do século XX, e sua atmosfera psicológico-político-cultural, seria pouco provável que ele cumprisse este desiderato. A partir desta perspectiva é possível também reinterpretar a imagem criada por Harrod, ou melhor, seu pessimismo acerca da factibilidade do *crescimento equilibrado/ autossustentado*: com efeito, levado em conta o anterior, seriam pequenas as chances de que um capitalismo maduro e em condições de laissez-faire, caminhasse *naturalmente* sobre o "fio da navalha" que lhe permitiria emancipar-se, definitivamente, da era da escassez (cf. Harrod, 1939, para o argumento do "fio da navalha").

Quanto a Keynes, unindo agora todos os fios das suas análises, isto é, considerando tanto o "economista" quanto o "sociólogo e o "intérprete da

história", resta pouca dúvida sobre o prognóstico para o capitalismo maduro: *reorganize-se ou estagne*. O exame deste ponto nos leva à quinta parte de nosso estudo.

## 5. O Capitalismo Maduro: Reorganizado ou Estagnado.

Já pudemos notar a pouca confiança que Keynes nutria pela capacidade do capitalismo do século XX em enfrentar as dificuldades que lhe eram inerentes, enquanto estivesse preso à institucionalidade do período anterior. Não vamos voltar a insistir neste ponto. *"We have to invent new wisdom for a new age"*, ele já declarava em 1925. A nova sabedoria que tinha em mente implicava, como vimos, numa profunda reforma institucional no sistema. Um conjunto de medidas que ultrapassava de longe as preocupações com o "curto prazo", e que introduziria mudanças substantivas no seu funcionamento<sup>24</sup> (Crabtree and Thirlwall- eds: 1993).

Sua implementação é percebida por Keynes como processo fundamental para que enfrentasse (no sentido de *administrar*, o que não significa que os fosse capaz de *resolver definitivamente*) sua nova realidade econômica, política e sociocultural. *Maturidade econômica, instabilidade política e incremento da incerteza com relação ao futuro eram os campos de força que identificava ao seu redor. Coordenação, organização, disseminação pública de informação e socialização do investimento, os remédios que predicava.*

Com efeito, esta "agenda" já aparece no capítulo conclusivo do panfleto de 1919, onde Keynes avança uma articulada proposta de reorganização internacional do capitalismo, retomando e aprofundando os "14 pontos" de Wilson (cf. Keynes, 1919, cap. 7). Esta agenda ele retomaria – reciclando-a – somente em Bretton Woods, e, lamentavelmente, veria derrotada (cf. Harrod, 1951, cap. 13). A "agenda" básica permanece, todavia, como um fio a ligar seus escritos. Atravessa os anos vinte, adquire vitalidade em meio a tempestade dos trinta, e surge como a linha mestra do livro de 1936.

Uma rápida reconstituição nos será útil para demonstrar o que acabamos de afirmar. Já vimos sua declaração, em *Am I a Liberal?* de que... "The transition from economic anarchy to a regime which deliberately aims at controlling and directing economic forces (is)... The true destiny of new liberalism".

Duas páginas adiante, neste mesmo texto, esta ideia é reforçada:

"In the economic field... We must introduce new policies and new instruments to adapt and control the working of economic forces, so that

---

<sup>24</sup> Um dos traços que emerge com força deste estudo é o equívoco de se atribuir a Keynes a exclusividade da preocupação com um "curto prazo". Aliás, dadas a ambição do autor como intelectual, e sua autoconfiança, seria mesmo estranho que isto acontecesse. A frase "**a longo prazo estaremos todos mortos**" (1923) não deve ser interpretada desse modo estreito, e sim como um "alerta" de Keynes à irracionalidade dos políticos, do *business* e da *City* com os quais convivia.

they do not intolerably interfere with contemporary ideas as to what is fit and proper in the interests of social stability and social justice (Keynes, 1925, p. 337).

No ano seguinte, em *The End of Laissez-faire*, o tema é retomado:

"Muitos dos maiores males econômicos de nosso tempo - diz Keynes - são frutos do risco, da incerteza e da ignorância... Creio que a cura desses males deve ser procurada no *controle deliberado da moeda e do crédito por uma instituição central* e em parte na coleta e disseminação em grande escala dos dados relativos a situação dos negócios, inclusive a ampla e completa publicidade, se necessário por força da lei, de todos os fatos econômicos que será útil conhecer... .... Meu segundo exemplo diz respeito à poupança e ao investimento. Creio que é preciso haver algum *ato coordenado* de apreciação inteligente sobre a escala desejável em que a comunidade como um todo deva poupar, a escala em que esta poupança deva ir para o exterior sob a forma de investimento externos; e sobre se a atual organização do mercado de capitais distribui a poupança através dos canais produtivos mais racionais" (Keynes, 1926, p. 124 grifo meu)

Notemos, de passagem, que as três últimas frases dizem respeito a *alocação de recursos*, tema que muitos comentadores sugerem como intocado por Keynes. Já veremos que a *"socialização do investimento"* proposta na *Teoria Geral* não é senão isso: o *controle público* sobre a sua alocação. Keynes tinha claro para si que tal passo não possuía nada de incompatível com a manutenção da essência de capitalismo. Há, contudo, um terceiro, e pouco notado, princípio de reorganização do sistema resgatável em Keynes, que também consta do seu ensaio de 1926. Trata-se de criação de "coalizões políticas voltadas ao emprego e ao crescimento": centros semiautônomos de poder no interior do estado, de modo a adensar os canais de comunicação entre indústria e governo:

"Sugiro, portanto - observa - que o progresso reside no desenvolvimento e reconhecimento de entidades semiautônomas dentro do estado...sendo porem sujeitas, em última instância, a soberania da democracia expressa através do parlamento" (Keynes, 1926, p. 121).

Que o eixo do exercício do poder estivesse, no mesmo momento em que escrevia, se deslocando do parlamento para outras instâncias não era algo estranho a percepção de Keynes. Ele conclui o raciocínio anterior da seguinte forma:

"Precisamos manter, flexíveis os nossos espíritos com *relação as formas deste semi-socialismo*. Devemos aproveitar-nos plenamente das tendências

naturais da época, e provavelmente devemos preferir as corporações semiautônomas a órgãos do governo central pelos quais os ministros de Estado sejam os únicos responsáveis" (Ibid. p. 122, grifo meu).

Há uma outra breve referência a este princípio em *Am I a Liberal?* Ali Keynes adverte que, quanto ao futuro, uma das principais tarefas a serem realizadas será..."To decentralize and devolve wherever we can, and in particular to establish semi-independent corporations and organs of administration to which duties of government, new and old, will be entrusted" (Keynes, 1925, p. 331). Elementos desta "agenda" - que inclui, lembremos, o controle populacional - reaparecem, no programa proposto por Keynes e H. Henderson em 1929 para aliviar o desemprego e promover a realização de investimentos: *Can Lloyd George do it?* O tema não será desenvolvido em profundidade na *Teoria Geral*, mas vale notar que estamos diante de um referencial analítico inquestionavelmente propício para a discussão da necessidade de uma *política industrial* (Cairncross, 1978, pp. 44-6 a respeito) <sup>25</sup>.

Entre 1930 e 1936 são numerosas as ocasiões onde Keynes retorna aos mesmos temas. No ensaio de 1930 pregara pela necessidade de se "confiar a ciência - que eu leio como *intelectuais e burocracia* - a direção destas questões" (p. 159); no encontro com os socialistas britânicos, em 1931, defendera - como vimos - o "controle central dos investimentos e a redistribuição dos rendimentos". Nas conferências para a Harris Foundation em Chicago, no mesmo ano, insistiria em um programa governamental ....

(which)... is calculated to improve the level of business profits and to increase the likelihood of private enterprise again lifting up its head"

Concluirá dizendo, "*Smithianamente*", que

..."if everything was proceeding smoothly in a well-governed society, it would lead us within a few generations to the complete abolition of progressive economic want (cf. CWJHK, vol. 13, pp. 364-67).

Na *Teoria Geral*, surge o mais explícito- embora não desenvolvido em profundidade sublinho -programa de *reestruturação institucional do capitalismo*, e nisto reside o caráter de *manifesto político* da obra, como cedo percebeu a crítica

---

<sup>25</sup> São muito interessantes, neste sentido, as convergências entre Keynes e Walter Rathenau de diagnóstico, e mesmo de "terapias" sugeridas. Rathenau, notemos de passagem, era como o autor da *Teoria Geral*. "Homem de sete instrumentos". Foi, o responsável (junto com seu braço direito no conglomerado industrial AEG, Moellendorff) pela reorganização da economia alemã para a guerra de 1914-18. Seus conflitos com os Junkers, e sua rápida destituição subsequente do cargo, de não impediram, por exemplo, nem a Hilferding nem a Lenin de absorver-lhe a experiência. Quanto a Keynes, suspeito que também terá aprendido com ele: um de seus artigos mais precoces, publicado no *Economic Journal* em 1915, tem como título *The Economics of War in Germany*" (cf. Keynes 1915). Quanto a Rathenau, cf seu panfleto de 1919.).

conservadora (Hayek e Mises por exemplo). Já no capítulo 12 do livro, desenhado para lidar com as expectativas de longo prazo da classe capitalista, pode-se ler o seguinte parágrafo:

"De minha parte sou, presentemente, algo cético quanto ao êxito e uma política meramente monetária orientada no sentido de exercer influência sobre a taxa de juros. Encontrando-se o *Estado* em situação de poder calcular a eficiência marginal do capital a longo prazo e com base nos interesses gerais da comunidade, espero vê-lo assumir uma *responsabilidade cada vez maior na organização direta dos investimentos*" (Keynes, 1936, pp. 118-119 grifo meu).

*Organização direta dos investimentos*, sublinhemos, vale dizer, decisões sobre o *perfil da estrutura produtiva no futuro*, questão obviamente referida à política industrial - se percebida por uma ótica *não* neoclássica - ou, alocação de recursos, e não apenas fixação do montante a ser investido. É esse - quero sugerir - o significado preciso da expressão, algo vaga, "*socialização dos investimentos*" que encontramos nas últimas páginas do livro. Nas suas *Observações sobre a natureza do capital*, capítulo 16, a questão da reorganização do sistema é reposta numa passagem onde emerge, com clareza, a afinidade de Keynes com a perspectiva de um *liberalismo social - e radical*- contida nos últimos textos de J. Stuart Mill:

"Suponhamos que se tomem medidas para que a taxa de juros seja compatível com o investimento que corresponde ao pleno emprego. Suponhamos ademais que a *ação do Estado intervenha como elemento de equilíbrio para regular o crescimento do capital e impedir que ele tenda para o seu ponto de saturação a uma velocidade capaz de impor à geração presente uma redução excessiva de seu padrão de vida*. Dadas estas hipóteses, suponho que uma comunidade racionalmente dirigida e provida de recursos, e cuja população não cresça rapidamente, seria capaz, no espaço de uma única geração, de reduzir a eficiência marginal do capital a um nível de equilíbrio próximo de zero de tal modo que atingiríamos as condições de uma comunidade quase estacionária".

A conclusão vem em seguida:

"Se tenho razão... Este pode ser o caminho mais razoável para eliminar gradualmente a maioria das características repreensíveis do capitalismo. Um instante de reflexão mostrará as enormes mudanças sociais que resultariam do desaparecimento progressivo de uma taxa de rendimento sobre a riqueza acumulada. Qualquer pessoa poderia ainda acumular o rendimento do seu trabalho com a intenção de o gastar em data posterior.

Mas sua acumulação não cresceria. Ele estaria simplesmente na posição do pai de Pope, que ao retirar-se dos negócios, levou um baú cheio de guinéus para a sua vila de Twickenham para atender as despesas domésticas a medida de suas necessidades" (Keynes, 1936, pp. 154-155 grifo meu).

Era, curiosamente, neste cenário, de *estado (estacionário) de abundância produzido através de um capitalismo conduzido pelo Estado* que Keynes pensava poderem ser revalidadas as teses "clássicas", cujo caráter de *processos naturais* combatera em tantos escritos anteriores (cf. Keynes, 1936, p. 256)<sup>26</sup>. O capítulo 24, sua conclusão ao livro, serve-lhe, ademais, como ponto de encontro das propostas anteriores. Ali, os fios do argumento se reúnem. Às considerações sobre controle público da alocação dos investimentos, regulação da política monetária e disseminação pública da informação econômica e financeira, juntam-se os temas da perda de função da abstinência, e da necessidade (e funcionalidade) da redistribuição da renda.

Neste contexto reaparecem, *com sinal trocado*, as preocupações de 1919. Se o temor de Keynes era, após sua retirada da *Conferencia de Versalhes*, ante a negativa das classes trabalhadoras em continuar "renunciando ao seu consumo" e com a possibilidade dos capitalistas resolverem "gozar mais plenamente suas facilidades, enquanto durem", agora a sua apreensão passa a residir, justamente, de que tal não se dê na extensão desejável. Já são claras no texto, neste momento, a funcionalidade tanto das reivindicações dos trabalhadores, quanto de uma "filosofia do hedonismo" para a classe capitalista. É perspicaz, neste sentido, a observação de Daniel Bell de que... "A Teoria Geral... não foi apenas um tratado econômico, mas também um ataque sociológico selvagem contra o 'puritanismo'... que tem priorizado as artes da produção às do prazer" (cf. Bell, 1960, p. 67). De fato, tal mensagem esta na própria abertura do capítulo em questão:

"...Já vimos - escreve Keynes- que dentro dos limites da existência do pleno emprego, o crescimento do capital não depende absolutamente de uma baixa propensão a consumir mas é, ao

---

<sup>26</sup> Na realidade, Keynes sempre teve o cuidado de sugerir a "compatibilidade potencial" de suas teses com o universo da economia clássica. Num artigo postumamente publicado no *Economic Journal* ("*The Balance of Payments of the United States*"), em junho de 1946 pode-se ler, a seguinte declaração: "... Sinto-me compelido, não pela primeira vez, a lembrar aos economistas contemporâneos que a doutrina clássica incorporava algumas verdades permanentes, de grande significado, que hoje estamos sujeitos a desprezar... É por esta razão que afirmo, falando na câmara dos lordes, aqui está uma tentativa de usar o que aprendemos na experiência moderna e na análise moderna **não para derrotar, e sim para por em ação a sabedoria de Adam Smith**" (Keynes 1946, p. 185-87, grifo meu).

contrário, reprimido pela mesma".....O nosso raciocínio leva-nos, desse modo, a conclusão de que nas condições contemporâneas, a abstinência dos ricos mais provavelmente tolhe do que favorece o crescimento de riqueza . Fica assim invalidada uma das principais justificativas sociais da grande desigualdade de riqueza... Isto afeta particularmente o nosso modo de encarar os impostos sobre heranças"... (Keynes,1936, pp.253-254).

O controle estatal preconizado para os investimentos e para a política monetária reaparece no terreno da propensão a consumir:

"O estado devesa exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas" (ibid. p. 256 grifo meu).

Tais colocações o remetem, no assalto seguinte, a investir contra o que lhe parecia o representante de classe mais retrógrado de então - porque absolutamente improdutivo e sem função econômica- o *rentier*, cuja eutanásia é conectada com uma "transição silenciosa"... não sabemos muito bem para onde:

"Embora este estado de coisas (saturação de capital incluída LB) seja perfeitamente

compatível com certo grau de individualismo, ainda assim levará à eutanásia do rentista e, conseqüentemente a eutanásia do poder cumulativo de opressão do capitalista em explorar o valor da escassez do capital.....Conseqüentemente, eu considero o aspecto de *Rentier* do capitalismo como sendo uma fase transitória, que desaparecera logo que tenha desempenhado sua função....

E, conclui:

"Com o desaparecimento deste aspecto muitas outras transformações deverão ocorrer. Além disso, uma grande vantagem na ordem dos acontecimentos que preconizo é que nada terá de repentino, mas, será meramente uma continuação gradual e prolongada de que vimos observando recentemente na Grã-Bretanha, sem carecer de qualquer revolução" (ibid. p. 255).

Marx certamente aplaudiria o parágrafo anterior (cf. Bell: 1960, pp 73-75, para uma aguda crítica dessa conclusão). Analiticamente, entretanto, o posicionamento de Keynes nessa questão nos remete diretamente para uma relação importante, e pouco estudada, na sua obra: *As interfaces entre teoria econômica e projeto político*. Uma rápida alusão aos paralelos entre Keynes e



Ricardo auxilia nessa percepção. Neste contexto, é aguda a observação de Marcello de Cecco, que nos diz que...

"Keynes thought he had buried Ricardian economics, but in his works, particularly in the General Theory, he was only praising it... Keynes substituted the financier for the landowner and focused on the level of unemployment... resulting from the same fight. Full employment in an age of plenty was to him what capital accumulation in an age scarcity was in Ricardo: the premier instrument of social stabilization" (Cecco, 1977, p. 22)<sup>27</sup>.

Ocorre, porém, que na obra de Ricardo existe uma evidente funcionalidade entre a tarefa fundamental a ser cumprida (acumulação de capital) e a classe que a cumpriria (empreendedores capitalistas tanto na indústria quanto na agricultura), cujo poder econômico tornava-se hegemônico à época. Em Keynes não há tanta clareza (há muito pouca na realidade) sobre tal conexão. Aos banqueiros e "money managers" baseados em Wall-Street e na City, com quem convivia e que sabia poderosos, não se sabe muito bem que papel está reservado neste *rentless system* por ele proposto (cf. Keynes, 1936, pp. 255 e 257 e Cf. CWJMK, vol. 28, p. 30.)<sup>28</sup>.

Sabemos hoje que, após o interregno de Bretton-Woods, a estrutura político-institucional do capitalismo se moveu na direção oposta à preconizada por Keynes: o da financialização desgovernada e da sacralização do rentier ao invés de sua eliminação (Krippner:2011). Precocemente detectada e competentemente analisada por Hyman Minsky e pelo keynesianismo financeiro nele inspirado, a financialização, entretanto, não se coaduna com o 'Projeto

---

<sup>27</sup> É necessário argumentar que há, nestas passagens "ricardianas" de Keynes, uma separação excessivamente rígida entre *rentier* e "investidor", separação que a sua teoria da "escolha de portfólios" nega. O capítulo 17 da Teoria Geral é particularmente elucidativo a respeito. Ali Keynes demonstra precisamente que fronteira entre ambos é fluida, que o "investidor" de hoje pode passar a condição de *rentier* "amanhã", de acordo com o grau de incerteza percebida e instabilidade do sistema. Da mesma forma, pode voltar à condição de "investidor", "depois de amanhã". Por outro lado, talvez seja possível defender Keynes sugerindo que no capitalismo reorganizado que tinha em mente, a incerteza e a instabilidade seriam *domesticadas* pelo Estado e, aí sim, seria possível separar radicalmente o rentier do investidor e "quebrar-lhe a espinha". Fica a questão.

<sup>28</sup> O mesmo otimismo distilado brilhantemente no ensaio de 1930 – e talvez a mesma ingenuidade política – reaparecem no "último Keynes", na sua defesa, do Beveridge Plan: "looking beyond the immediate post-war period, when our economic difficulties will be genuine and must take precedence over all else—perhaps for the last time—the economic problems of the day [that] perplex us, will lie in solving the problems of an era of material abundance not those of an era of poverty. It is not the fear of a failure of physical productivity to provide an adequate material standard of life that fills me with foreboding. The real problems of the future are first of all the maintenance of peace, of international co-operation and amity, and beyond that the profound moral and social problems of how to organize material abundance to yield up the fruits of a good life. These are the heroic tasks of the future. (Keynes reproduzido em Carvalho, 2008, p. 208).

Keynes” (Minsky, 1982, 1986.)<sup>29</sup>. Na realidade, o desafia frontalmente. Mas, cabe notar, a financialização reflete precisamente o fortalecimento e triunfo político da indústria financeira, um poderosíssimo “grupo de pressão”, um tipo de possibilidade considerado por Keynes desde 1919 ao descrever as mudanças estruturais ocorridas na virada do século (Seção 1, supra).

Cabe sublinhar, contudo, que a ascensão da “finança predatória” e do rentismo corporativo representam um abandono do “Projeto Keynes”, e não sua natureza equivocada. Os resultados, globais, observados em termos de aumento da instabilidade, proliferação de crises, declínio nas taxas de crescimento e incremento de desigualdades apontam para a necessidade do seu resgate (Davidson: 2017). A difícil questão aí embutida está no tipo de coalizão política necessário para realizar essa tarefa.

Aqui, vemo-nos diante de um problema de *estratégia na reforma institucional proposta por Keynes*. Sua *negligência para com os condicionantes políticos para a consecução das suas proposições centrais de reestruturação institucional na esfera econômica*. Uma deficiência que seria logo percebida por Schumpeter, e cuja exploração contemporânea tomaram a si, por exemplo, Brittan e, especialmente Buchanan, Wagner, Tullock com a abordagem do “Public Choice”. Essas críticas representam uma posição especialmente relevante do ponto de vista de um desafio, e uma contestação, ao “projeto Keynes”. Enfrentá-las é tarefa indispensável para seu resgate. Devo, no entanto, adotá-la, pois constitui o eixo em torno do qual se organiza a segunda parte do presente trabalho. Agora, trato de finalizar o exame das ideias de Keynes.

---

<sup>29</sup> Cf. Ademais: Minsky: 1957, 1975, 1992, Kregel: 2014 e a vasta produção intelectual do Levy Economics Institute/Bard College onde Minsky encerrou sua carreira.

## 6. Conclusão

Diante do exposto, creio que não cabem dúvidas sobre as convicções do autor quanto a função de "*coordenador de várias instâncias*" que deveria ter o Estado neste "pluralismo corporativo permeado por conflitos de interesse" que identifica como única saída democrática para o capitalismo maduro (cf. Maier, 1981 a respeito do conceito de "pluralismo corporativo"). Keynes estava certo, e parece-me brilhante a sua conexão entre *alargamento do estado e preservação da democracia*:

"Por isso - diz - enquanto a ampliação das funções do governo... poderia parecer a um publicista do século XIX, ou a uma financista americano contemporâneo uma terrível transgressão do individualismo, eu a defendo, ao contrario, *como o único meio exequível de evitar a destruição total das instituições econômicas atuais e como condição de um bem-sucedido exercício da iniciativa individual*" (Keynes, 1936, p. 257 grifo meu).

Finalmente, em linha com as agudas reflexões de Eduard Bernstein e Tugan-Baranovsky no começo do século (Burlamaqui: 1986, caps. 2 e 3), retomadas por Hilferding e Rathenau durante e após a primeira grande guerra, e antecipando o futuro que vemos hoje realizado na Escandinávia, Japão, Coreia do Sul, Taiwan (e, me arrisco a dizer, em processo de construção na China), Keynes não tinha nenhuma hesitação em reconhecer a superioridade do *capitalismo institucionalmente coordenado e organizado* também enquanto forma de equacionar crescimento e distribuição de renda <sup>30</sup>(Burlamaqui: 1995 e 2019). É, aliás, e 1926 seu prognóstico mais contundente a este respeito:

"De minha parte, acho que, *sabiamente administrado*, o capitalismo provavelmente pode se tornar mais eficiente para atingir objetivos econômicos do que qualquer sistema alternativo conhecido, mas que em si, ele é sujeito a inúmeras objeções. Nosso problema é o de criar uma organização social tão eficiente quanto possível sem ofender nossas

---

<sup>30</sup> Cf. Tugan-Baranovsky 1905 e 1906. Hilferding 1927, Rathenau 1919 a respeito. Há também, quero sugerir, uma convergência da análise de Keynes de 1919 com a de Kautsky, constante dos seus artigos sobre o "ultraimperialismo". Mesmo na *Teoria Geral* pode-se "pescar" uma passagem reveladora a este respeito: "Mas se as nações podem aprender a manter o pleno emprego apenas por meio de sua política interna... não deveria mais haver a necessidade de forças econômicas importantes destinadas a predispor um país contra os seus vizinhos. Haveria o lugar para a divisão internacional do trabalho e para o crédito internacional... o comércio internacional deixaria de ser o que é... e se converteria num livre e desimpedido intercâmbio de mercadorias e serviços em condições de vantagens mútuas" (Keynes 1936, p. 258).

noções de um modo satisfatório de vida (Keynes, 1926, pp. 125-126 grifo meu) (23).

Schumpeter utilizaria, em 1942, argumentos muito semelhantes aos de Keynes, ainda que para justificar a maior eficiência potencial do *Socialismo* – como ele (Schumpeter) o entendia) sobre o capitalismo desorganizado que via se descortinando nas décadas de 1920 e 1930. A convergência entre as análises de ambos é fascinante e merece ser examinada<sup>31</sup>. Sylos Labini, em um perceptivo ensaio, retratou Schumpeter como um "*marxista conservador*" (Labini, S: 1954, discutido em Labini, M: 2015). Quero finalizar esta parte do trabalho sugerindo que a Keynes poderia ser aplicada, com justiça, a expressão "*um Liberal Revolucionário*".

---

<sup>31</sup> Para uma análise do "Socialismo Schumpeteriano" e sua pertinência para a análise da China contemporânea, ver Burlamaqui: 2020.

## Parte 2:

As Críticas ao “Projeto Keynes” e os Caminhos para sua Refundação

## 1. Introdução

Deve ter ficado clara para o leitor, na primeira parte desse ensaio, minha simpatia e admiração pelas ideias do autor da *Teoria Geral*. Se não ficaram, quero explicitá-la agora, com todas as letras. Creio que seu legado, tanto teórico quanto *programático*, é amplamente positivo. Isto, porém não significa, é óbvio, que ele não suscite perguntas ou possa ser considerado acima da crítica. É claro que existem lacunas no pensamento de Keynes, várias das quais importantes, mas que escapam ao escopo deste trabalho.

Aqui me proponho a discutir duas vertentes de críticas dois ao “projeto Keynes”, que demandam retificação: a primeira se refere à visão do autor acerca da dinâmica do processo de acumulação de capital e sua relação com o problema da eliminação da escassez, em especial sua pouca atenção ao papel das inovações e da concorrência no processo de recriação de uma “escassez relativa”. A segunda diz respeito à sua concepção de democracia e de seu impacto nas possibilidades da administração “racional-esclarecida- eficiente” do capitalismo.

A primeira vertente da crítica é central, como já veremos, tanto no diagnóstico quanto nas propostas do Keynes para a reorganização institucional do capitalismo. A segunda vertente aponta para uma “insuficiência” da formulação de Keynes, sua pouca atenção ao funcionamento concreto das democracias representativas, que constitui, de fato, uma ameaça ao seu projeto, e uma abertura para a crítica neoliberal, como o demonstram as – bem-sucedidas – investidas do *Public-choice* (Buchanan, Wagner e Tullock em particular) e a abordagem de Mancur Olson, nos dois livros que o consagraram<sup>32</sup>. Essa segunda parte do ensaio trata de examinar as críticas, pertinentes, a essas duas lacunas na formulação de Keynes. Elas são discutidas, parcialmente incorporadas, mas rebatidas do ponto de vista da invalidação do “Projeto Keynes”. A conclusão do trabalho aponta para a sua relevância contemporânea, para a necessidade do seu resgate, mas também para a urgência de sua atualização.

---

<sup>32</sup> “The Logic of Collective Action” e “The Rise and Decline of Nations”.

## 2. Eliminação da Escassez *Versus* Destruição Criadora: as Críticas de Schumpeter e Bell.

No que se refere à visão de Keynes sobre a “dinâmica do processo de acumulação do capital”, há um autor em particular que oferece material para fazê-lo: Joseph Schumpeter, seu contemporâneo, admirador, mas também crítico intransigente. A obra de Schumpeter traz consigo objeções de natureza tanto “econômica” quanto “política”, endereçadas a Keynes. É sobretudo nas páginas do seu livro de 1942; *Capitalismo, Socialismo e Democracia* que se pode resgatar as mais importantes. Discutirei duas delas, uma relativa a teoria econômica, e outra referente ao entrelaçamento de sua proposta de intervenção econômica com o funcionamento da política democrática. Daniel Bell Samuel Brittan as tomam como fonte de inspiração e suas ideias serão introduzidas de modo a complementar a crítica de Schumpeter.

A primeira questão tem a ver com as bases teóricas da *hipótese da maturidade econômica* feita por Keynes. Elas seriam, segundo Schumpeter, equivocadas *nos termos em que foram propostas*. De fato, a tese da “saturação de capital” deve ser considerada com reservas. Ela parece residir numa concepção de investimento como um “*once for all process*”, cujo caráter cumulativo tenderia a levar o sistema a uma margem progressivamente menor de ampliação - valorização do estoque de riqueza existente. São curiosas, incidentalmente, as semelhanças entre esta concepção e a de Marx, contida no terceiro volume do *Capital* e, associada a “elevação da composição orgânica do capital” (cf. Marx, 1894, parte 3, caps. 13-15). Embora os mecanismos pelos quais se chega ao resultado difiram, ambos os autores parecem ver *no investimento, a longo prazo, um processo de destruição da rentabilidade do capital* (cf. Bell: 1960 para essa mesma linha e argumentação, e Heilbroner: 1984, o qual converge com a mesma).

Em Keynes, é perceptível que estamos frente a uma consideração do investimento muito mais como *adição permanente à capacidade produtiva existente do que como acréscimo a demanda efetiva*. É fato também, que não parecem ser claras para o autor, quer a dinâmica de crescimento dos setores produtivos localizados na base do sistema econômico – infraestrutura por exemplo- e sua capacidade de gerar *mercados endógenos*<sup>33</sup>, os quais independem da distribuição

---

<sup>33</sup> A expressão é de Tugan- Baranovsky.

de renda<sup>34</sup>, quer a dimensão de *destruição criadora* da concorrência intercapitalista<sup>35</sup>.

Aqui, torna-se obrigatória a menção ao capítulo 7 de *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. A hipótese analítica que lhe serve de base é a da consideração das inovações e da tecnologia como um "oceano de possibilidades" no que diz respeito a oportunidades de investimento, ou, no dizer de Schumpeter, "*um mar não-mapeado de oportunidades econômicas*" (Schumpeter, 1942, p. 155). A associação entre investimento e inovação, e sua concepção como processo de "destruição criadora", permite a Schumpeter a explicitação *do seu impacto rejuvenescedor sobre a estrutura produtiva existente*.

Isto, por sua vez, afeta claramente a hipótese da *saturação do capital*. Schumpeter é eloquente a este respeito quando polemiza com as *teses estagnacionistas* então em voga nos EUA e (indiretamente) com Keynes no capítulo 10 da segunda parte do seu livro em questão. Ao criticar a ideia da constituição da estrutura produtiva capitalista como um "once for all process", ele escreve:

"Isso, argumentam ..., realizou-se no século XIX. Enquanto isso acontecia, criavam-se incessantemente demandas por bens de capital; daí por diante, entretanto, não se contando as adições, só permanece a demanda para substituição. O período de construção do esqueleto produtivo capitalista será assim, afinal de contas, um *intermezzo único*, caracterizado pelo fato de que a economia capitalista, distenderia todos os nervos para criá-lo, equipando-se dessa forma, para o propósito de produzir ....a uma taxa que agora é impossível manter".

Sua crítica é sintética, mas poderosa:

"Essa é, na verdade, uma descrição verdadeiramente surpreendente do processo econômico. ...As adições ao esqueleto produtivo capitalista em regra, *competem* com o equipamento existente. Elas destroem *a utilidade econômica desse último*. Portanto, a tarefa de produzir equipamento *nunca é resolvida de uma vez por todas*". (ibid. p. 156, grifos meus).

Numa outra passagem, dirigindo-se desta vez principalmente a Alvin Hansen, observa:

---

<sup>34</sup> O fato de o Brasil ter sido um dos três países que mais cresceu, no mundo entre 1930 e 1980 – os outros dois foram o Japão e União Soviética - e de ter sido – e ainda ser – um dos países com pior distribuição de renda no planeta corrobora empiricamente o conceito.

<sup>35</sup> Há uma referência obrigatória aqui a Marx. Não cabe dúvida que tanto Tugan quanto Schumpeter nele se inspiraram para desenvolverem esta linha de reflexão. Obviamente, não no Marx da "Lei de tendência à queda na taxa de lucro do terceiro volume do Capital, mas, especificamente, no Marx dos capítulos 13 e 22 do primeiro volume do Capital, onde ele retoma brilhantemente sua concepção "Tudo que é Sólido Desmancha no Ar" das seções 1 e 2 do *Manifesto*.



"A conquista do ar pode muito bem ser mais importante do que a conquista da Índia. Não devemos confundir as fronteiras geográficas com as econômicas" (ibid. p. 154).

A força dos argumentos de Schumpeter é inegável. Teoricamente sólidos e historicamente convincentes, explicitam um viés "estagnacionista" em Keynes, ou mesmo "Ricardiano- Marxista" se tomarmos o termo na sua dimensão de *pessimismo tecnológico*; na concepção de longo prazo dos efeitos do investimento sobre a rentabilidade do capital. Em uma frase: a adoção implícita de uma "lei dos rendimentos decrescentes do capital" que subestima grosseiramente os efeitos das inovações no processo de recriação da escassez relativa, e, portanto, na manutenção da rentabilidade do capital.

Daniel Bell reforça essa proposição:

"Keynes tratava de fenômenos cujo âmbito está limitado pela sua premissa de que as técnicas de produção não se modificam. Para Schumpeter, o fato decisivo era justamente o de que no sistema capitalista as técnicas de produção se modificam rapidamente.... o sistema capitalista só pode continuar se mantiver a recompensa pelo esforço do empreendedor" (1960: p 70).

A outra ponta da hipótese da maturidade é igualmente problemática. Trata-se da saturação vista pelo lado da demanda de consumo: seu saciamento. A sugestão de um limite para os desejos dos consumidores. Tal proposição escorrese, em Keynes, na sua "*lei psicológica fundamental*" a qual, quem sabe, não se inspirou na conhecida proposição neoclássica da utilidade marginal decrescente no consumo de uma *dada* cesta de bens. O problema aqui, reside justamente, neste termo *dada*, na medida em que, como também salientou Schumpeter, uma das características centrais do capitalismo é a diferenciação contínua de produtos e a *destruição criadora também dos desejos e pautas de preferência dos consumidores* (Schumpeter, 1942, pp. 149-150 e 484-87).

O problema também pode ser visualizado por outro ângulo: Keynes parece ter subestimado, também, tanto a capacidade inovativa do capitalismo em termos de "*marketing*", quanto a "*racionalidade limitada do consumidor*". Ambos se conectam na história recente do capitalismo, com algo próximo a uma inversão da "*lei psicológica fundamental*". O "Too Much Stuff" resultante do consumismo contemporâneo (Yamamura: 2018), e o endividamento pessoal parecem ter limitado severamente a prognose Keynesiana de uma correlação negativa entre

crescimento renda (pessoal) e propensão a consumir (Nesvetailova: 2007, Feierstein :2012).

O que importa notar é que não há, partindo-se desta outra concepção - Schumpeteriana - de investimento e de concorrência, qualquer *razão teórica* para se postular quer a "lei psicológica fundamental" quer um limite inflexível para os desejos de uma comunidade (Schumpeter, 1942, pp. 150-151). E, acrescento, isso é válido inclusive para uma população em declínio.

Pois bem, o problema envolvido no anterior é, a meu juízo a confusão, presente em Keynes, entre resolução do problema de escassez (isto é, a possibilidade de saciamento das necessidades absolutas de uma população ou sociedade) e saturação de desejos e oportunidades de investimento. Uma inequação que ele encara como equação. Na realidade, um argumento bem mais plausível é o de que uma "sociedade da abundância" pode ser infinitamente mais contaminada por *aspirações crescentes de consumo* e "auto propelida" para o desenvolvimento tecnológico, do que outra ainda aferrada quer aos "grilhões da escassez", quer a uma eficiência marginal do capital nula (Bell: 1976, Heilbroner: 1984).

Por fim, mas fundamental, não há qualquer razão teórica para que a "sociedade da abundância" esteja associada à uma "eficiência marginal do capital" nula. Aliás, seria difícil entender a sua *estabilidade* se tal fosse o caso. Em síntese: a inserção do "paradigma da destruição criadora" de Schumpeter no argumento de Keynes não compromete a hipótese da sociedade da abundância. Muito pelo contrário, a reforça. O problema a ser confrontado, no entanto, se torna o levantado por Skidelsky & Skidelsky: "How much is enough? (Skidelsky, R & Skidelsky, E: 2011). Isto é, o da percepção de que a "abundância" é um conceito relativo e não absoluto, e que cabe à sociedade e ao Estado "organizar" a distribuição da riqueza abundante e limitar a especulação financeira inevitavelmente à espreita, quando da sua realização.

Há, porém, "um Keynes Schumpeteriano", mas despido do pessimismo sociocultural que marca a prognose de Schumpeter de 1942, que pode, e deve, ser resgatado. É o Keynes que do *The economic possibilities of our grandchildren*, já discutido. No texto de 1930, o que percebemos é que *há uma tese da maturidade econômica, entendida como "conquista da abundância", mas ela é dissociada da questão da "saturação do capital" expressa como tendência declinante da sua eficiência marginal*. Pelo contrário, o que surge como a face mais pronunciada do seu texto é a explicitação de uma problemática rigorosamente contemporânea: a de como organizar as relações entre emprego-trabalho-lazer numa sociedade

tecnologicamente avançada e apontada para progressos cada vez maiores. O parentesco deste Keynes é não com Rosa Luxemburgo, Ricardo ou Alvin Hansen, mas com Stuart Mill, Daniel Bell e, principalmente, como já assinalei e quero sublinhar, com Schumpeter e André Gorz<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> A rediscussão desse texto de Keynes foi objeto de um fascinante debate em 2008, o qual merece ser consultado (Pecchi and Piga eds: 2008).

### 3. Mercados Políticos e *Falhas de Governo*: da Crítica de Schumpeter à Concepção “Clássica” de Democracia à *Ameaça* do Public-Choice ao Projeto Keynes.

A segunda questão que quero levantar relaciona-se, com o *funcionamento político* de tal sociedade. O tema da “ingenuidade político-estratégica” de Keynes reaparece aqui. Já houve quem localizasse nesta esfera uma insuficiência nos escritos de Keynes, apontando a sua pouca atenção aos “aspectos políticos do pleno emprego”. Invariavelmente os nomes de Kalecki (quando a voz vem da esquerda) ou Hayek (quando emana da direita) são invocados para lhe dar “lições” neste particular (Marramao 1982, Introdução). Não me parece que esse seja o ângulo mais apropriado para dirigir-lhe críticas, pois sua percepção dos problemas ali envolvidos é aguda, e rigorosamente convergente com a de Kalecki. No mesmo ano em que o economista polaco publicava seu artigo sobre a questão do pleno-emprego (1943), o autor da *Teoria Geral* escrevia (para Frank Graham) formulando a seguinte questão<sup>37</sup>:

“How much otherwise avoidable unemployment do you propose to bring about in order to keep the trade unions in order? Do you think it will be **politically possible** when they understand what you are up to do? (Keynes 1943, citado in Cairncross: 1978, p. 57, grifo meu)

No fim do mesmo ano, explicava:

“The task of keeping efficient wages reasonably stable (I am sure they will creep up steadily in spite of our best efforts) is a *political rather than an economic problem*” (ibid. grifo no original).

Em 1945, escrevia, em tom um tanto enigmático, uma espécie de desafio às suas próprias prescrições:

“One is also, simply because one knows no solution, inclined to turn a blind eye to the wages problem in a full employment economy” (ibid).

Como se percebe, não é possível acusar Keynes de ignorância do problema dos “aspectos políticos do pleno emprego”, ou, posto de outra forma, para a questão do poder dos “grupos de pressão” no capitalismo que analisava. Keynes não inventou nem os grupos de pressão nem as tendências ao corporativismo, apenas os reconheceu como traços relevantes de uma nova institucionalidade que deveria ser “organizada”. O que se pode dizer, sim, é que não tinha na “manga” uma solução instantânea, ou ideal, para tal. Isto é verdade, mas a

---

<sup>37</sup> E, portanto, invertendo a questão explorada por Kalecki em 1943, na medida que põe o problema da ótica dos sindicatos dos trabalhadores ao invés dos patronais.

questão por ele discutida não foi equacionada. Permanece de pé. O que frequentemente é esquecido, é que "a terapia keynesiana" permitia lidar com uma dificuldade real e inquestionável do capitalismo à época: *a da sua sobrevivência econômica num contexto de preservação da democracia*<sup>38</sup>.

No outro extremo do espectro político, Von Mises não precisou esperar pela Teoria Geral ou pelo Employment act para se pronunciar. Em 1931 ele já diagnosticava a crise em que vivia como fruto da expansão do *Sozialstaat* (Mises: 1931 in Mises: 2006, cap. 3). Para Keynes (e Roosevelt, cabe sublinhar), pelo contrário, essa expansão da esfera pública era condição sine-qua-non da compatibilização entre capitalismo corporativo, coalizões distributivas e democracia. Keynes, repito, reconheceu as tensões políticas inerentes à representação coletiva de interesses conflitivos, e tentou produzir um *framework* para sua organização.

Ha, contudo, no anterior, um flanco por onde a crítica pode avançar, e o fez: Trata-se da concepção de funcionamento da democracia, e da lógica da ação coletiva a ela associada, implícitos no pensamento de Keynes. O ponto crítico aí consiste nas suas implicações para a *racionalidade da política econômica*. A crítica por esta via *não* torna inevitável o cancelamento do "Projeto Keynes", mas implica certamente sua problematização. Esta tarefa, Schumpeter também se incumbiu de realizar. Tenho pouco o que fazer além de resgatá-lo.

A despeito de sua convicção platônica de superioridade do governo pelos sábios, a concepção de democracia presente em Keynes é a *clássica*, sumarizada por Schumpeter na seguinte definição:

"O método democrático é o arranjo institucional para se chegar a decisões políticas que realiza o *bem comum* fazendo o próprio povo decidir as questões através da eleição de indivíduos que devem reunir-se para realizar *a vontade geral*" (Schumpeter 1942, p. 313, grifos meus).

---

<sup>38</sup> Que sua "terapia" não era "tecnologia proprietária" de estados democráticos, Keynes o sabia muito bem. E o torna explícito no polêmico, prefácio à edição alemã da Teoria Geral. "[...] For I confess that much of the following book is illustrated and expounded mainly with reference to the conditions existing in the Anglo-Saxon countries. Nevertheless, the theory of output as a whole, which is what the following book purports to provide, is much more easily adapted to the conditions of a totalitarian state [the German text carries the official expression: *Totaler Staat*], than is the theory of the production and distribution of a given output produced under conditions of free competition and a large measure of *laissez-faire*. This is one of the reasons which justify calling my theory a General [emphasis in the original] theory. Since it is based on less narrow assumptions than the orthodox theory, it is also more easily adapted to a large area of different circumstances. Although I have thus worked it out having the conditions in the Anglo-Saxon countries in view—where a great deal of *laissez-faire* still prevails—it yet remains applicable to situations in which national leadership [*staatliche Führung*] is more pronounced". (Keynes cit. por Schefold: 1980). Isso, entretanto não deve obscurecer o fato de que Keynes oferece, como já assinalado, uma **teoria, um conjunto reformas institucionais e um conjunto de medidas de política pública** capazes de preservar tanto o capitalismo quanto a democracia em uma época em que ambos estavam na defensiva. Nessa complexa tarefa, não teve rival.

As suposições que fundamentam tal concepção são também resumidas por Schumpeter: 1) de que há tal coisa o "bem comum", o qual se equaciona com a "vontade do povo", 2) de que esse "bem comum" implica respostas definidas a todas as perguntas, de modo que todo fato social e toda medida tomada, ou a ser tomada podem, inequivocamente, ser classificadas como boas ou ruins. 3) De que a única coisa que, presumivelmente, pode trazer discordância, exceto estupidez e interesses sinistros, e responder pela presença de uma oposição, e a diferença de opinião quanto à velocidade em que o objetivo, ele mesmo comum a quase todos, deve ser alcançado. 4) De que os membros da comunidade conscientes de tal objetivo, conhecendo seu próprio pensamento, discernindo o que é bom do que é ruim, tomam parte ativa e responsabilmente, na ampliação do primeiro e na luta contra o segundo, e que, também juntos, assumem o controle dos negócios públicos. Finalmente, de que há uma classe ou grupo de especialistas "iluminados" e desinteressados (daquilo que não seja o bem comum) capazes de implementar as medidas a ele conducentes.

Samuel Brittan, ecoando a perspectiva schumpeteriana, nos oferece uma comprimida, mas eficiente, indicação da sua presença no pensamento de Keynes:

"He took it for granted that decision would ultimately be made by a small group

of the educated bourgeoisie, who were inspired by a disinterested concern

for the public good. He assumed that wrong decisions were taken out of intellectual error or, at worst, narrowness of vision; and that if the correct ideas were promulgated with sufficient clarity and vigor, they would eventually win the day" (Brittan 1977, p 41-42)<sup>39</sup>.

A implicação mais importante a ser retirada do anterior é a assunção de uma sincronia relativamente forte entre o funcionamento das esferas econômica e política no capitalismo maduro e devidamente "racionalizado e reorganizado". Vale dizer, a desconsideração, por parte de Keynes, de um tema central na sociologia econômica Weberiana: o do *conflito de racionalidades* no capitalismo moderno (cf. os ensaios em Whimster and Lash, eds, 1987). Keynes o tangenciará, como vimos, em 1943-45, mas em correspondência privada, e de modo lateral aos seus escritos fundamentais.

A crítica ao anterior, reproduzida por um bom número de autores entre os quais, como já referido, Bell, Buchanan, Wagner, Tullock e Brittan, embora sem a profundidade e o ceticismo de Weber quanto à sua possibilidade de resolução (cf.

---

<sup>39</sup> Bell (1960) antecipa essa perspectiva, embora não a explorando de modo analítico.

Beetham: 1985 e Whimster and Lash, eds, 1987), já se encontrava em Schumpeter e ocupa cerca de quarenta páginas no livro de 1942 (cf. Schumpeter, caps. 21 e 22). Não vamos reproduzi-la, diremos apenas que se escora em três elementos, a saber, a refutação da existência de algo como "bem comum", a colocação em relevo de que mesmo que existisse, isso não implicaria respostas igualmente definidas para as questões isoladas, e, em função das duas proposições anteriores, na negação também da existência de uma abstrata "vontade do povo" ou "geral" que possa servir de bússola para as medidas a serem tomadas.

Esta concepção de democracia, presente em Keynes, chamemo-la "ingênua" no momento, mas com direito a retificações adiante, Schumpeter substitui por uma outra que define como:

"(um)... método institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população" (Schumpeter 1942, p. 336).

Essa "outra" definição de democracia proposta por Schumpeter implica um questionamento radical, do ponto de vista dos condicionantes políticos, à operacionalização das propostas de Keynes quanto a reorganização institucional do sistema. A "democracia schumpeteriana" implica, como resumido por Brittan, na consideração do processo político com "a political market ....governed by the self-interest of politicians, officials and voters" (Brittan 1977, p. 41). Esse novo prisma obriga a um outro olhar tanto para o funcionamento da política, quanto para a sua harmonização com a administração econômica "eficiente". Brittan é, mais uma vez, eloquente a respeito:

"The political marketplace is characterized by the pursuit of self-interest by large groups, where (the) personal budget constraints are absent. Electors can

rather more easily demand an increased slice of the cake without any agreement on

the part of those who are supposed to have the thinner slices. The costs of the handouts...will not necessarily accrue to the groups who benefit from them. In each individual case... There is a strong incentive for the interest group to press its demands as forcefully as possible without any real discipline on the sum total of interest-group demands (Brittan 1977, p. 45).

As implicações dessa concepção são profundas. Do ponto de vista dos partidos políticos (e dos grupos de pressão que os financiam), a racionalidade funcional ao objetivo da maximização de votos é igualmente perversa, e complementar à dos grupos de pressão em geral: é eficiente, *do ponto de vista da*

*racionalidade político-eleitoral*, que eles atendam as demandas dos grupos mais numerosos e/ou melhor organizados o que *não necessariamente* se coaduna que com a estratégia mais eficiente quanto ao progresso econômico, quer com os interesses dos demais grupos. O conflito de racionalidades aí explicitado é cristalino.

É precisamente por essa via que a ameaça ao “Projeto Keynes” se materializa e ganha corpo nas obras de Gordon Tullock, James Buchanan, Richard Wagner, Robert Tollison as quais fundam o “Public-Choice”, uma abordagem que propõe uma “análise econômica da política” que vai de encontro à perspectiva de Keynes e prepara o terreno para a disseminação da ideologia neoliberal.

Já em 1944 Hayek declarava no seu clássico *The Road to Serfdom*, reagindo aos novos leviatãs europeus, mas também a Keynes, que... “By giving the government unlimited powers, the most arbitrary rule can be made legal; and in this way a democracy may set up the most complete despotism imaginable.” Essa avenida seria refinada pelos fundadores do Public-Choice. Em 1977 Buchanan e Wagner publicam um panfleto cujo título já suscita atenção. “Democracy in deficit: The political legacy of Lord Keynes”. A abertura do texto anuncia seu propósito:

“Hobart Paper 78 presents a new critique of Keynes. It is concerned not so much with the accuracy of his economics as with the realism of his politics” .... Its subject is not whether Keynes was right as a technical economist in establishing the instability and inherent under-employment of the market economy, but whether the instrument he devised to make it stable, budget deficits, could be used by politicians in representative democracy to serve the purpose he intended (Buchanan & Wagner, 1977, p.1)

O argumento central é exposto com clareza. A mensagem de Keynes é corretamente capturada pelos autores que a dividem em duas frentes fundamentais: a primeira destacando o caráter inerentemente instável do sistema econômico, e a segunda postulando que caberia ao Estado mitigar essa instabilidade, através do uso de instrumentos de política econômica (Buchanan & Wagner: 14). É a partir daí, entretanto, que se constrói um ataque frontal ao projeto como um todo:

“While the idealized setting for the symmetrical application of Keynesian economic policy is familiar, the political setting within which the policy is to be formulated and implemented is much less familiar....There was little awareness that the dictates of political survival might run contrary to the requirements of macroeconomic engineering”(Buchanan & Wagner, p. 17).



Ao que, aduzem:

“But what happens when we make non-Keynesian assumptions about politics? What if we commence from the assumption that elected politicians respond to pressures emanating from constituents and the state bureaucracy...? while there is little political resistance to budget deficits, there is substantial resistance to budget surpluses. Hence, fiscal policy will tend to be applied asymmetrically: deficits will be created frequently, but surpluses will materialize only rarely” (Buchanan & Wagner, p. 18).

A conclusão de ambos é ferina:

“Keynes 'turned the politicians loose', he gave them the excuse to overspend overborrow and create money; and they have run amok (Buchanan & Wagner, p 27)”.

Uma vez aceitos, esses argumentos têm profundas implicações. Programas de governo construídos sob esse cálculo político tendem a ter como pano de fundo os programas dos partidos adversários, sendo montados para superá-los na atração de votos. A regra facilmente passa a ser "*o céu é o limite*", e seu resultado mais flagrante, o de que a administração econômica fique sujeita a uma lógica perversa que emana do sistema político. Nestas condições, quanto maior o poder dos policy-makers, “excessivamente leais” ou submetidos às pressões de algum partido - ou grupo de pressão- mais grave pode se tornar o problema<sup>40</sup>

A questão é pertinente e, como já é evidente ao leitor, estamos diante de um debate absolutamente contemporâneo: o da possibilidade de “captura do Estado”, por grupos de interesse organizados e politicamente influentes, e suas implicações tanto sobre a distribuição da renda e riqueza, quanto para a sua criação. Tal ocorrendo, é óbvia a possibilidade de consequências nefastas para o “projeto Keynes”, na medida em que a racionalidade econômica que emana de suas propostas – pautadas pelo interesse público - pode ser sabotada na medida em que é submetida às *demandas e pressões de interesses privados cuja racionalidade pode colidir com o interesse público*. É essa precisamente essa a base da argumentação de Brittan e do ‘Public-choice’ (Brittan: 1977, Buchanan & Wagner: 1977, Buchanan and Tullock. 1977.

---

<sup>40</sup> Beetham: 1985, explorando a perspectiva weberiana, é particularmente elucidativo a esse respeito.

Mais que isso, encontramos-nos frente a um questionamento da compatibilidade entre capitalismo e “partidos e democracia de massas” (Brittan 1977, Huntington 1968). A controvérsia acerca deste último ponto não é nova. Ela tem sua pré-história na economia política clássica, reaparece com clareza nos *founding fathers* da constituição Norte-Americana, ganha força em Marx, é retomada por Schumpeter e volta hoje a se impor a socialistas, liberais e conservadores (Offe :1984, pp. 356-59, Runciman: 2017).

O problema é concreto, e o questionamento legítimo. As soluções propostas por essa corrente, contudo, não ficam de pé. Aqui, uma referência a um segundo ataque ao “projeto Keynes” perpetrado por Mancur Olson, sob clara influência do “Public-Choice” (Olson:1982), se faz necessária, no sentido de mostrar a sua pertinência como questão a ser enfrentada, mas, ao mesmo tempo, para demonstrar a fragilidade de sua base teórica e negar suas conclusões. E, sobretudo, como condição necessária à demonstração da pertinência e atualidade do “projeto Keynes”.

#### 4. Coalizões Distributivas e Estagnação Econômica: A Tese de Olson e o Desafio Neoliberal ao “Projeto Keynes”.

Mancur Olson, num celebrado livro publicado em 1982, reedita, aparentemente sem sabê-lo, a crítica schumpeteriana à democracia clássica, articulando-a como seu argumento anterior sobre a lógica da ação coletiva (Olson: 1965). Produz, como resultado, uma audaciosa *teoria geral da “Ascensão e declínio das nações”* (cf. Olson 1982, 1984). A ideia central que o anima não é difícil de resumir. O próprio Olson encarrega-se de fazê-lo numa entrevista concedida a revista *Challenge*, em janeiro de 1984. Ali ele diz:

"The unifying idea is that any group of firms or individuals in the economy will be able to collude or organize for collective action, only slowly, and at great difficulty, but that this collective action, once it occurs, is normally bad for efficiency, growth and macroeconomic performance" (Olson 1984, p. 15).

O argumento, repetimos, não é novo. Sua base já se encontra em Adam Smith, na *Riqueza das Nações*, publicado em 1776, e, *em determinadas condições*, cobra relevância:

“Corporation laws enable the inhabitants of towns to raise their prices, without fearing to be undersold by the free competition of their own countrymen. Those other regulations secure them equally against that of foreigners. The enhancement of price occasioned by both is everywhere finally paid by the landlords, farmers, and labourers, of the country, who have seldom opposed the establishment of such monopolies” (L1: p.89).

Sua utilização, na pena de Olson, sim, é nova. Retomando, triunfalmente, proposições de Smith e transformando um condicional em imperativo, Olson postula que os grupos de pressão ou “coalizões distributivas”, uma vez instituídos produzem *uma espécie lei geral da estagnação econômica e do bloqueio ao crescimento*. É uma tese que, se corroborada, constitui um desafio frontal ao “projeto Keynes” na medida em que sugere que a organização de *qualquer* grupo de interesse e sua articulação com o Estado e a política pública, ou seja, os arranjos neocorporativistas propostos por Keynes como forma de reorganização institucional do capitalismo, está fadada a fracassar.

Não é este o lugar para uma crítica minuciosa de seus argumentos. Para isso, remeto o leitor para Mueller (1983). A demonstração da fraqueza teórica do argumento, assim como sua falta de aderência empírica são, todavia, necessárias,

com o propósito de recuperar criticamente e mostrar a atualidade do *Projeto Keynes*.

Olson não parece apreciar a obra de Schumpeter. Só o cita uma única vez no livro de 1982, numa nota desacompanhada de qualquer referência bibliográfica (seu nome sequer aparece no índice [!]). É uma pena. Os ensinamentos de Schumpeter poderiam tê-lo socorrido do caleidoscópio teórico e empírico em que se envolveu<sup>41</sup>. Pode-se retirar da teoria schumpeteriana da difusão das inovações, e do conceito de destruição criadora que a acompanha, um tipo de conflito inteiramente afim a esta problemática: a oposição entre "*tradição*" e "*inovação*", ou "*conservadores*" versus "*modernizadores*". Na nota supracitada Olson refere-se, muito brevemente, à teoria da inovação de Schumpeter, mas dali extrai tão poucas consequências que é de se aventar que ele não conheça diretamente a obra deste autor.

Há em Schumpeter toda uma discussão a respeito das resistências econômicas, sociais e psicológicas às inovações disruptivas cuja utilidade, como instrumento analítico não deve ser subestimada (Schumpeter 1912, cap. 2, 1928, pp. 68-69 por exemplo). Ela permite que se faça uma conexão dinâmica, ausente em Olson, entre os processos de transformação estrutural da esfera produtiva e as constelações de forças sócio-políticas capazes de *retardá-los ou potencializá-los*.

Esta última alternativa (potencializadora), que é aliás a própria essência dos processos de modernização industrial norte-americano, alemão e japonês tanto no século XIX quanto no pós-guerra, aparece de forma excessivamente pálida nas suas páginas. Nos três casos, a modernização e a aceleração do crescimento *foi produto da ação de grandes corporações – frequentemente cartelizadas – atuando em ambientes protecionistas, mas organizadas sob a forma de coalizões políticas pró-crescimento* (Para discussões dos referidos processos: Hilferding, 1910, Gerschenkron, 1962, Landes: 1969 e Johnson: 1982, Chandler et alii: 1997 e Bensel: 2000).

A moldura conceitual de Olson, por contraste, é uma "*rua de mão única*" onde só são focalizados os efeitos *negativos* das coalizações sobre o crescimento, torpedeando-o, e não o deste sobre aquelas, enfraquecendo-as. Adicionalmente,

---

<sup>41</sup> Aqui há um ponto importante a ser ressaltado: o que confunde inteiramente na argumentação de Olson, e parece ter cativado muitos leitores, é que estamos, o tempo todo, diante de meias-verdades que poderiam robustecer o poder explicativo de sua análise desde que propriamente matizadas e postas como possibilidades ao invés de inexorabilidades, e *muito menos apresentadas como uma "Teoria Geral" da Ascensão e Declínio das Nações*. Acresce ao anterior que o sincretismo teórico de Olson é de difícil digestão: convivem pacificamente em suas páginas elementos tão antimônios quanto o aplauso à contribuição de Keynes e a declaração de que... "the most important macroeconomic policy implication is that the best macroeconomic policy is a good microeconomic policy" (Olson 1982, p. 233).

a hipótese de “coalizões pró-crescimento” não encontra espaço em sua argumentação.

Trata-se, enfim, de um mundo onde os "progressistas" estão sempre sendo encarcerados e derrotados pelos "tradicionalistas. Há *uma* passagem no texto que poderia ter levado o autor a revê-la. Sintomaticamente, ele se escora - a única vez que o faz - no paradigma de Schumpeter:

"But what gives rise to temporary profits? Most notably, innovations of one kind or another... And the greater the extend of the profits due to the difficulties of entry and imitation, the greater the reward to the innovation that mainly explain economic growth and progress" (Olson 1982, p. 61)

Qual a implicação do anterior? Claramente, a ausência de uma discussão dos processos de introdução e difusão de inovações, *do ponto de vista de suas implicações políticas*: como veículos da construção de coalizões políticas pró-crescimento e estabilidade social. Quanto maior for a expansão do espaço econômico criado pelas inovações, e mais *potencialmente lucrativos* os mercados gerados, ou rejuvenescidos, pelas mesmas, maior a possibilidade de *construção* de “coalizões pró-crescimento, e, se devidamente administradas, pró-estabilidade social”. Adicionalmente, “coalizões pró-crescimento” tendem exercer pressão sobre “coalizações predatórias” no sentido de se alinharem ao *progresso*, ao invés de se aferrarem ao *atraso*.

Quando empresas como Edison General Electric, Dupont, Westinghouse, U.S Steel e Ford reconfiguraram o espaço econômico Norte-Americano na virada do século XIX, ou Siemens, IG Farben, Krupp, Thyssen e Daimler-Benz reproduziram o mesmo processo na Alemanha foi precisamente esse o resultado (Landes: 1969, Chandler et alii: 1997, Bense: 2000). Nas décadas de 1970 e 80, quando os *Keiretsus* japoneses e *Chaebols* coreanos arremeteram contra indústria automobilística norte-americana, é disto que estamos diante – coalizões pró-crescimento derrotando “special interests” (Johnson: 1982, Amsden: 1989).

Na virada do século XX, na medida em que Wal-Mart, Microsoft, Apple, Google, Facebook, Samsung, Netflix, Uber e Amazon ameaçam desbancar seus competidores – e suas coalizões de interesses incrustadas no processo político-em toda uma série de setores tanto de alta quanto de baixa tecnologia, o mesmo processo tende a se repetir : A *tradição* cedendo à *inovação* e “coalizões pró-crescimento” se formando e enfraquecendo “coalizões predatórias”, até então

poderosas, mas em vias de serem *destruídas pelas inovações disruptivas e o crescimento delas derivado*<sup>42</sup>.

Olson, entretanto, não contempla essa dimensão do processo. Os conceitos de concorrência via inovação e *a destruição de barreiras à entrada e "coalizões predatórias"*, que deles podem ser deduzidos – e observados - não fazem parte de sua moldura analítica. O argumento schumpeteriano, por sua vez, impõe essa percepção. Através do paradigma da destruição criadora é possível postular que inovações destroem não apenas setores econômicos, mas também coalizões políticas, e grupos de interesse, e que o capitalismo corporativo analisado por Schumpeter opera através de estratégias competitivas que *potenciam a incorporação de inovações e favorecem o crescimento*. Em suma, que o capitalismo corporativo "povoado" por grupos de interesse organizados *é mais, e não menos, eficiente* do que aquele imaginado por Olson (Schumpeter 1942, caps. VII e VIII).

Por contraste, a moldura conceitual forjada por Schumpeter incorpora, como já sublinhado, a de Olson, e a supera, na medida em que admite a possibilidade de que sob a rubrica de "tradicionalistas" ou "resistentes", possam abrigar-se tanto empresários quanto sindicatos que, numa perversa aliança, consigam , por exemplo , capturar o estado arrancando-lhe barreiras alfandegárias, subsídios, e feriados fiscais e outras benesses e concessões, e, assim fazendo, podem tornar, para si, lucrativo o atraso<sup>43</sup>. Mas a ultrapassa, sublinho, dado que enquanto para Olson essa "captura" é postulada como inevitável, e a sabotagem do crescimento tida como certa, para Schumpeter as resistências às inovações existem, mas sua existência tem tempo limitado: a concorrência, as inovações e o progresso tecnológico tendem a destruí-las ou, no mínimo, enfraquecê-las<sup>44</sup>.

---

<sup>42</sup> "The tech firms can be a powerful source of competition. Think of Amazon threatening to take on America's rotten drug-distribution industry, or Netflix's detonation of the cable-tv racket in America. The danger of digital disrupters is forcing comfortable incumbents to raise their game, from Germany's car firms to Walmart. Meanwhile, the perception that big tech is entrenched is itself new. Facebook almost missed the mobile revolution: in 2012 it had fewer than 20 staff working on its core mobile team. Today Apple, Facebook and Google still depend on one main source of revenue. If they ever face a serious threat they could crumble" (The Economist: The Next Capitalist Revolution, 11.2018)

<sup>43</sup> "Of course, he – the entrepreneur - must still foresee and estimate on the basis of his experience. But many things must remain uncertain ..... The third point consists in the reaction of the social environment against one who wishes to do something new. This reaction may manifest itself first of all in the existence of legal or political impediments". (Schumpeter: 1912, cap 2 [ 1997: Kindle Locations 2377-2378]).

<sup>44</sup> "The same fact stands out still better if we glance at those long waves in economic activity, analysis of which reveals the nature and mechanism of the capitalist process better than anything else. Each of them consists of an "industrial revolution" and the absorption of its effects. These revolutions periodically reshape the existing structure of industry by introducing new methods of production..." [in a] process of recurrent rejuvenation of the productive apparatus" (Schumpeter: 1942:68).

Esse enfraquecimento, por sua vez, abre espaço exatamente para o tipo de reestruturação institucional apregoado por Keynes: o alinhamento dos “interesses especiais” a objetivos de política pública que atendam ao interesse geral: crescimento, consumo, emprego, produtividade, *redução de preços*<sup>45</sup> e distribuição de renda. A expansão e o rejuvenescimento do espaço econômico decorrentes das inovações e da concorrência schumpeteriana são, dessa forma, os veículos para a reestruturação institucional proposta por Keynes.

Mancur Olson e neoliberais como Buchanan, Wagner e Tullock, tem, todavia, razão em um ponto. Os grupos de pressão e as "coalizões distributivas predatórias" existem, e, mesmo quando destruídas, tendem a se refazer (Olson: 1965,1982,1983; Buchanan & Wagner: 1977). E mais, *podem* se converter em *social-rigidities* e, assim fazendo, dificultar extremamente a condução de questões relativas tanto à viabilização de estratégias de desenvolvimento, quanto de distribuição da riqueza criada. Ocorre que esse era precisamente, lembro, o diagnóstico de Keynes em 1919, e é para seu equacionamento que volta sua energia e criatividade intelectual desde então (cf. Parte 1 desse ensaio a respeito).

O que a análise que precede espera ter esclarecido, é que a moldura conceitual proposta por Keynes é *insuficiente* para equacionar o problema. Ela contém uma hipótese de “saturação do capital” incorreta, porém desnecessária, para a sua conclusão sobre a proximidade da sociedade da abundância<sup>46</sup>, e descuida dos condicionantes sócio-políticos de suas propostas de reestruturação econômica, na medida em que a questão da *formação de coalizões políticas pró-crescimento e distribuição* não é enfrentada. Mas o anterior não significa que sua *direção* seja equivocada. A tarefa pela frente é, portanto, atualizá-la, e adaptá-la aos desafios que a evolução do capitalismo lhe impôs.

Isso posto, todavia, qual o tipo de *saída* sugerida por Olson, e pela corrente neoliberal a qual pertence? A resposta que encontramos é uma desencorajadora *díade*: ou uma *não-saída*, o que significa, para eles, a extensão da entropia econômico-institucional característica do cenário que postulam, ou um mal

---

<sup>45</sup> Observe o leitor os preços de *quaisquer* produtos afetados por progresso tecnológico em uma série histórica: *todos* sofreram reduções dramáticas. Exemplos incluem grãos, ferro, aço, plástico, energia elétrica, automóveis, linha branca, eletroeletrônicos, microchips, computadores, televisores, “smartphones” e uso de internet. A hipótese da rigidez – ou aumento - de preços com redução de oferta pertence ao universo dos modelos estáticos de oligopólio presentes nos manuais de teoria econômica neoclássica. Não fazem parte da dinâmica capitalista, salvo se forem “bens ricardianos” (os quadros de Rembrandt, mas também os preços de imóveis na Avenida Delfim Moreira) cuja oferta é fixa e o ajuste se dá, por definição, via preço.

<sup>46</sup> Ou melhor, prejudicial ao seu argumento: Um capitalismo estacionário com eficiência marginal do capital nula estaria longe de garantir a *sustentação* da abundância conquistada. É imperativa a incorporação da moldura Schumpeteriana aqui.

disfarçado projeto de regressão política e contração da democracia<sup>47</sup>. É precisamente nessa encruzilhada se encontram a relevância e atualidade do “projeto Keynes”.

---

<sup>47</sup> O caráter de “pensamento mágico” da solução proposta por Olson para o problema que descreve fica patente nas últimas duas páginas do livro onde escreve : “Suppose further that the message of this book was then passed on to the public through the educational system and the mass media, and that most people came to believe that the argument in this book was true. There would then be irresistible political support for policies to solve the problem that this book explains. A society with the consensus that has just been described might choose the most obvious and far-reaching remedy: *it might simply repeal all special-interest legislation or regulation and at the same time apply rigorous anti-trust laws to every type of cartel or collusion that used its power to obtain prices or wages above competitive levels. A society could in this way keep distributional coalitions from doing any substantial damage*” (1982: pp 226-7. Grifo meu). Se Keynes foi ingênuo na avaliação da complexidade das coalizões políticas necessárias para garantir a introdução das reformas por ele propostas, o que dizer de Olson? A mera difusão de sua “mensagem” seria o conduto para uma “revolução anti-grupos de interesse”? Revolução liderada por que coalizão política, cabe perguntar?



## 5. Conclusão

O “desafio da captura” do Estado e da submissão da política pública a interesses corporativos privados, partidos, sindicatos e por setores da própria burocracia pública é, sem dúvida, um dos grandes desafios na organização do capitalismo contemporâneo. Como vimos, acima, Keynes os reconhece prontamente, apontando os elementos de rigidez socioeconômica introduzidas no sistema pelos processos de concentração, burocratização e corporativização da representação de interesses que ganham corpo na virada do século, como também as ameaças que representam para as práticas do liberalismo clássico.

O que, entretanto, distingue Keynes tanto da tradição autoritária do passado quanto da sua versão neoliberal atual é exatamente a conexão orgânica entre sua moldura teórica e a forma- pragmática - pela qual propunha que se lidasse com essas transformações, de modo a reorganizar esse novo tipo de capitalismo, sem comprometer o processo democrático.

Keynes, como amplamente discutido, reconhecia a formação de grupos de interesse como entidades *politicamente poderosas*, porém legítimas e inevitáveis em estados democráticos. O que sugere – ao invés do seu desmonte no bojo de uma estratégia de contração do Estado e da esfera política - é a sua organização no sentido de associar sua sobrevivência a processos e instituições orientados para o desenvolvimento e a inclusão social. Para Keynes, essa seria a única saída, repetimos, capaz de compatibilizar as tensões imanentes ao capitalismo maduro com a preservação, e gradativa ampliação, das liberdades democráticas: “We have to invent a new wisdom for a new age” era seu mantra nas décadas de 20 e 30 (1925: p. 370).

Uma última menção ao argumento de Olson me dará a oportunidade para concluir. Em um texto de 1983, quando tenta, sob o fogo da crítica, remediar a ausência da península Escandinava no livro do ano anterior, seu argumento *reforça a factibilidade e atualidade do projeto Keynes*:

"At first sight, Sweden seems to contradict predictions based on the model since

that country, thought it industrialized late, has enjoyed freedom of organization and immunity, from invasion for an unusually long time....It would, were it not for the fourth general hypothesis implied by the basic model, which states that sufficiently encompassing special interest organization will internalize much of the cost of inefficient policies and accordingly have incentive *to give greater weight to economic growth* and to

the interests of society as a whole. *Sweden's main special-interest organizations are unusually encompassing, especially in comparison with those in Britain and United State*" (Olson 1983, p. 32 grifos meus).

O anterior nos revela, finalmente, algo para o qual a discussão anterior já apontava: Mancur Olson e os Neoliberais em geral estão lidando não com as *"contradições inevitáveis do capitalismo democrático"*, mas, com as ineficiências de *um tipo, inferior, de capitalismo: economicamente desigual, carente de regulação, politicamente fragmentado e ideologicamente fendido*<sup>48</sup>. Keynes já o sabia...e é exatamente para sua reforma que foca sua – aguda – capacidade analítica, à qual junta sua criatividade propositiva.

Concluo assinalando quatro pontos. Em primeiro lugar, quero retificar algo que disse numa passagem da primeira parte do presente ensaio, quando chamei de *ingênuo* a concepção de democracia de Keynes. Creio que o fosse *em parte*, mas, será que não devemos encarar seu *projeto político* como o da *construção das condições para a validação da concepção clássica de democracia criticada por Schumpeter*? Vale dizer, da busca das condições nas quais os interesses especiais pudessem ser alinhados ao interesse público, condições que resultariam de consensos institucionalmente produzidos e politicamente negociados (ainda que sob arranjos neocorporativistas *democráticos*, e não necessariamente sob a rubrica da democracia liberal "clássica"<sup>49</sup>).

Em segundo lugar, quero advertir ao leitor que a avaliação amplamente positiva do legado de Keynes, e da sua atualidade, não equivale a afirmar que ele tenha concebido uma forma de "resolver" o *conflito de racionalidades* característico do capitalismo democrático maduro. Aliás, a "ciência social aplicada", contemporânea, continua a patinar sobre essa questão. Keynes nos oferece um arcabouço conceitual orientado por essas questões, e um *roteiro de ações* para a sua *administração*. Sua contribuição a este respeito é, como procurei demonstrar, amplamente positiva, mas insuficiente. Deve ser reestruturada a partir das críticas de Schumpeter e Brittan, e atualizada. Nesse sentido, a incorporação das análises de Ronald Dore sobre política e reestruturação industriais no Japão, que o autor

---

<sup>48</sup> Nesse sentido, é perturbador constatar a força da reação neoliberal-neopopulista ao "Projeto Keynes" expressa na virada à direita que observamos em tantos países incluindo Estados Unidos, Europa Oriental, América Latina – Brasil incluído – e Ásia. Por outro lado, é alentador perceber que as cabeças mais arejadas entre os liberais norte-americanos (na realidade, sua vertente mais radical: os socialistas democráticos liderados por Bernie Sanders) estejam levantando suas vozes na defesa de um programa ao estilo de Keynes como a única alternativa promissora para a nação, em 2020 (cf. Sanders: 2018).

<sup>49</sup> O "Modelo comunitário de empresa no Japão e o sistema de co-determinação no gerenciamento das empresas alemãs são exemplos eloquentes desse tipo de arranjo (cf. Dore: 1986, Burlamaqui: 1995 para o Japão e Thelen: 1991 para a Alemanha).

classifica como “Flexible Rigidities”, e de Peter Evans sobre a organização dos laços entre Estado e corporações, sob a rubrica de “Embedded Autonomy (Dore: 1986 , Evans: 1995) são mandatórias.

Em terceiro lugar, parece-me que os grandes desafios dos nossos dias residem nos seguintes fatos: (a) a financialização desgovernada, produzida pela difusão do fundamentalismo de mercado, tornou-se uma usina de instabilidade financeira e desigualdade social (Tymoigne and Wray: 2014, Tooze: 2018), e (b) o grande sucesso “global” no terreno da inovação o *silicon valley* , constitui-se, simultaneamente em um poderoso cluster de evasão fiscal e vem , através do crescimento desmesurado de suas plataformas digitais, se constituindo em um potencial inibidor da concorrência, uma ameaça à privacidade via “real hacking” – tanto legal quanto ilegal- e um desafio à democracia com a torrente de “fake news” e do “tecnopopulismo” que não cessa de produzir (Foroohar: 2019, Levy: 2020).

A necessidade de outra rodada de reestruturação regulatória e institucional é evidente<sup>50</sup>. Voltamos ao “Projeto Keynes”, ou melhor, à necessidade de sua atualização. Paraphraseando o autor: “We have to reinvent Keynes’ wisdom for our age”. Nada mais premente<sup>51</sup>.

Por fim, gostaria de deixar para o leitor, uma pergunta, e uma proposição: podemos atribuir a Keynes a autoria de um modelo endógeno de decadência do “capitalismo liberal ocidental”? <sup>52</sup> De minha parte, creio que sim, mas não apostaria uma ficha sequer na proposição de que esta decadência incluísse, no seu pensamento, também a nênese da democracia<sup>53</sup>. Keynes provavelmente se via como um *liberal moderno e um economista operando no limite do “status-quo” da profissão*, mas era de fato – ou tornou-se, proponho, *um heterodoxo radical e*

---

<sup>50</sup> Vale sublinhar aqui que a Ásia que “deu certo” (Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e China) além de países ocidentais como Canadá, Israel, e Escandinávia, os quais são exemplos de “Public interest-oriented Capitalisms”, onde a financialização certamente ocorreu, mas foi contida.

<sup>51</sup> A edição, já referida, de 17 de novembro de 2018 da revista *The Economist* tem na capa o título “*The Next Capitalist Revolution*”, e contém uma série de textos que, embora sem utilizar a argumentação aqui desenvolvida, clamam exatamente por uma reestruturação institucional do capitalismo com o objetivo de alinhar interesses e práticas corporativas predatórias com os elementos do “interesse público” perseguidos por Keynes.

<sup>52</sup> cf. Carvalho: 2008, p 194 para uma conclusão semelhante.

<sup>53</sup> Quero, aliás, sugerir que, do ponto de vista da minha análise, fica claro que Keynes – ao contrário de Hayek e das tradições neoliberal e neoconservadora contemporâneas - estaria mais interessado na preservação da democracia do que do *capitalismo liberal-manchesteriano*, cuja nênese ele descreveu com maestria. Quanto a Hayek, sua declaração numa entrevista dada ao *Jornal El Mercurio* em 1981 é particularmente esclarecedora a esse respeito: “Well, I would say that, as long-term institutions, I am totally against dictatorships. But a dictatorship may be a necessary system for a transitional period. At times it is necessary for a country to have, for a time, some form or other of dictatorial power. As you will understand, it is possible for a dictator to govern in a liberal way. And it is also possible for a democracy to govern with a total lack of liberalism. Personally, I prefer a liberal dictator to democratic government lacking liberalism” (Hayek: 1981, grifo meus).

*um institucionalista-social-democrata*<sup>54</sup>. Advogado de um capitalismo reorganizado a partir de um conjunto de iniciativas de reforma institucional no sentido da expansão da esfera pública para disciplinar os mercados, propeler os *animal-spirits* criando bases para a “ação coletiva empresarial”, e promover uma distribuição progressiva da renda orientada pela preocupação com a promoção de justiça social.

\*\*\*

---

<sup>54</sup> cf. Carvalho: 2008, p 209 para a indicação da proximidade entre as propostas de Keynes e as práticas da Social-democracia Escandinava.

## Referências

AMSDEN, A.H. Asia's next giant: South Korea and late industrialization. Oxford University Press.1989

ANDERSON, P. Considerations on Western Marxism. London: NLB, 1976.

ANDRESKI, S. Marx Weber on capitalism, bureaucracy and religion. London: G. A. & Unwin, 1983.

BEETHAM, D.: Max Weber and the Theory of Modern Politics. Polity Press. 1985

BELL, D: "The prospects of American capitalism: On Keynes, Schumpeter and Galbraith (in) The End of Ideology. New York: Free Press, 1960.

BELL, D: 1976. The Cultural Contradictions of Capitalism; Basic Books.

BENSEL RF. The political economy of American industrialization, 1877-1900. Cambridge University Press; 2000.

BERMAN, M. All that is solid melts into the air. London: Verso 1985.

BERNSTEIN, Eduard. Die voranssetzungen des sozialismus und die aufgaben des sozialdemokratie. Stuttgart, Dietz, 1899. (México: Siglo XXI, 1982; Rio de Janeiro, Zahar, 1964).

BERNSTEIN, Eduard. Problem des sozialismus. Die Neue Zeit. Stuttgart, 1896-1898. (México: Siglo XXI, 1982).

BERNSTEIN, Eduard. Der revisionismus in der sozialdemokretie. Amsterdam: M. Cohen, 1909. (México: Siglo XXI, 1982).

BOTTOMORE, T., Goode, P. eds. Reading in Marxist sociology. Oxford: Clarendon Press, 1983.

BRITTAN, S: "Can democracy manage an economy? in SKIDELSKY, R (ed). The end of the Keynesian era. 1977

BUCHANAN, J. M., and WAGNER, R.: Democracy in deficit: The political legacy of Lord Keynes. Liberty Fund.1977.

BUCHANAN, J.M. and TULLOCK, G., 1977. The expanding public sector: Wagner squared. *Public Choice*, 31(1), pp.147-150.

BURLAMAQUI, L: A Heterodoxia Marxista Revisitada. Bernstein e Tugan-Baranovsky: intérpretes precoces do capitalismo contemporâneo. Tese de Mestrado. Instituto de Economia. Unicamp, Campinas.1986

BURLAMAQUI, L: Capitalismo Organizado no Japão: uma interpretação a partir de Schumpeter, Keynes e Polanyi. Tese de Doutorado. Instituto de Economia, UFRJ. Rio de Janeiro. 1995.

BURLAMAQUI, L: "Bringing the State into Schumpeter's Model: Entrepreneurial States, Socialization of Investment, Creative-Destruction management and China" in BURLAMAQUI, L and KATTEL, R (eds) .2019

BURLAMAQUI, L and KATTEL, R (eds) Schumpeter's *Capitalism, Socialism and Democracy: A Twenty first Century Agenda*". Routledge- 2019

CAIRNCROSS, A., 1978. "Keynes and the planned economy". (in) *Keynes and Laissez-Faire* (pp. 36-58). Palgrave Macmillan, London.

CARDIM DE CARVALHO, F: Mr. Keynes and the post Keynesians. Edward Elgar. 1992.

CARDIM DE CARVALHO, F: J. "Keynes and the reform of the capitalist social order." *Journal of Post Keynesian Economics* 31, no. 2 pp 191-212. 2008.

CECCO, M: "The Last of the Romans" in SKIDELSKY, ed: 1977

CHANDLER Jr, A, AMATORI, F , HIKINO, T (eds) : Big Business and the wealth of nations. Cambridge University Press. 1997

CHERNOMAS, R.: Keynes on post-scarcity society. *Journal of Economic Issues*, 18(4), pp.1007-1026. 1984

CLAUDIN, Fernando. La crisis del movimiento comunista. Madrid: Ruedo Ibérico, 1970, 2 v.

CRABTREE, D and THIRLWALL, A , eds. Keynes and the Role of the State: *The Tenth Keynes Seminar Held at the University of Kent at Canterbury, 1991*. MacMillan, 1993.

COLLETTI, Lucio, NAPOLEONI, C. Il futuro del capitalismo: crollo o sviluppo ? Roma-Bari: Gius Laterza, 1970. (México: Siglo XXI, 1978).

COLLETTI, Lucio. Tra marxismo e no. Bari: Gius Laterza, 1979. (Rio de Janeiro: Forense- Universitária, 1983).

COLLETTI, Lucio. "Bernstein e il marxismo della seconda internazionale". Ideologia e società . Bari: Laterza, 1969. ( Barcelona: Fontanella, 1975).

- DAVIDSON P. Who's Afraid of John Maynard Keynes? Challenging Economic Governance in an Age of Growing Inequality. Springer; 2017.
- DAY, R. the crisis and the crash: soviet studies of the west (1917-1939). London: New Left Books, 1981.
- DILLARD D. "A monetary theory of production: Keynes and the institutionalists". Journal of Economic Issues. Jun 1;14(2):255-73.1980.
- DOMAR, E: Expansion and employment. The American Economic Review. Mar 1:34-55.1947.
- DORE, R: Flexible Rigidities. Stanford University Press. 1986
- ENGELS, F. Vorwort und glossen zu Marx' kapital. Hamburg, 1894. b. 3. (São Paulo, Abril Cutural, 1983-85).
- ENGELS, F. Vorwort zu Marx' die Klassenkämpfe in Frankreich von 1848-1850. Berlin, 1895. Moscou: Progresso, 1978, v. 1).
- EVANS, P. 1995. Embedded autonomy: States and industrial transformation. Princeton University Press.
- FEIERSTEIN, M- Planet Ponzi . Black Swan books. 2012.
- FOROOHAR, R., 2019. Don't be Evil: The Case Against Big Tech. Penguin UK.
- GALBRAITH, J. K. "The age of uncertainty. Houghton Mifflin Harcourt , 1977.
- GARVY, G. "Keynes and the economic activists of pre-Hitler Germany". Journal of Political Economy, pp.391-405 .1975.
- GAY, Peter. The dilemma of democratic socialism. New York: Collins Books, 1962.
- GERSCHENKRON A. Economic backwardness in historical perspective: a book of essays. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press; 1962.
- GORZ, André. Les chemins du paradis. Paris: Galilée, 1983.
- GORZ, André. Adieux au proletariat. Paris: Galilée, 1980. (Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982).
- GROSSMANN, Henryk. das akkumulations und zuzamengruchsgesetz des kapitalistischen systems. Leipsig, 1929. (México: Siglo XXI, 1979).
- HANSEN, Alvin H. Business cycles and national income. London: G. A. & Unwin, 1951.

HARROD, Roy F. "An essay in dynamic theory." *The economic journal* 49, no. 193 (1939): 14-33.

HARROD, R.F. Life of John Maynard Keynes." MacMillan .1951.

HEILBRONER, R.L., Economics and political economy: Marx, Keynes, and Schumpeter. *Journal of Economic Issues*, 18(3), pp.681-695.). 1984.

HILFERDING, R. *das Finanzkapital*. Munich: Weismann, 1910. (Madrid; Tecnos, 1973).

HILFERDING, R. "Die aufgaben der sozialdemokratie in dem republik". Berlin, 1927. (tradução parcial IN: BOTTOMORE, T., GOODE, P. ed. *Readings in Marxist Sociology*. Oxford: Claredon Press, 1983)

HILFERDING, R. "Probleme der zeit". *Die gesellschaft*, 1924. (Tradução parcial IN: SALSANO, Alfredo. ed. *Antologia del pensiero socialista*. Roma: Laterza, 1982).

HUNTINGTON S.P. *Political order in changing societies*. Yale University Press; 1968.

JONHSON C. *MITI and the Japanese miracle. 1925-1975*. Stanford University Press. 1982

KALECKI, M. "The problem of effective demand with Tugan-Baranovsky and Rosa Luxemburg", in : *Selected essays on the Dynamics of the capitalist economy*. Cambridge: Cambridge Press, 1971.

KAUTSKY, K. *Das Erfurter Progamme*. Stuttgart, 1892. (São Paulo: Paulista).

KAUTSKY, K. "Krisentheorien". *Die neue zeit*. Stuttgart, (20): 1901-02. (Colletti ed, *El marxismo y el derrube del capitalismo*. México: Siglo XXI, 1978.

KAUTSKY, K. *Bernstein und das sozialdemokratische Programme:Ein antekritik*. Stuttgart, 1899. (Baecelona: Fontamara, 1975).

KEYNES, J. M: *The Economic Consequences of the Peace*, Routledge.1919.

KEYNES, J. M. *Essays in persuasion*. New York; W. Norton.1931.

KEYNES, J. M : *Collected Works of John Maynard Keynes (CWJMK)*. Moggridge, D. e Robinson, A. . eds. Macmillan (vols. VII, XVI, XIX, XXI e XXVIII). 1973-81.

KEYNES, J. M : 1925. "Am I a Liberal ? " in *Essays in persuasion*, Norton 1931.

KEYNES, J. M. 1925. "A short view of Russia." In *Essays in persuasion*, Norton.1931



KEYNES, J. M : 1926. " The End of Laisser-Faire". *in Essays in persuasion*, Norton 1931.

KEYNES, J. M and HENDERSON, H. 1929. "Can Lloyd George Do It?." In *Essays in persuasion*, Norton. 1931

KEYNES, John Maynard. 1930. "Economic possibilities for our grandchildren." In *Essays in persuasion*, pp. Norton. 1931

KEYNES, J. M. *Treatise of Money*. London: Mac Millan, 1930. 2 volumes.

KEYNES, J. M. "The dilemma of modern socialism." *The Political Quarterly* 3, no. 2 : pp 155-161. 1932.

KEYNES, J. M. "The balance of payments of the United States." *The Economic Journal* pp 172-187.1946.

KEYNES, J. M : 1973-81. Collected Works of John Maynard Keynes (CWJMK). Moggridge, D. e ROBINSON, A. . eds. Macmillan (vols. VII, XVI, XIX, XXI e XXVIII).

KEYNES, J. M. *The general theory of employment, interest and money*. London: MacMillan, 1973 (original de 1936: São Paulo: Abril Cultural, 1983).

KEYNES, J. M : *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*". Abril Cultural. 1983

KEYNES, J. M: *As Consequências Econômicas da Paz*, . Editora UNB. 1984

KEYNES, Milo. ed. *Essays on John Maynard Keynes*. Cambridge: The University Press, 1975.

KNEI-PAZ , B: *The Social and Political Thought of Leon Trotsky*. Clarendon Press. 1978.

KREGEL. J: *Economic Development and Financial Fragility – Selected Essays* ( ( Edited by Kattel, R). 2014.

KRIPPNER, G. *Capitalizing on Crisis: The Political Origins of the Rise of Finance*. Harvard University Press. 2001.

LABINI, M, "A conservative Marxist" at Harvard- the influence of Joseph A. Schumpeter on Paolo Sylos Labini. *Journal of Evolutionary Economics* Volume 25 issue 1 2015

LABINI, P. S. Il problema dello sviluppo economico in Marx e Schumpeter. In: Papi G (ed) *Teoria dello sviluppo economico*. Milano, 1954.

LANDES D.S. *The unbound Prometheus: technological change and industrial development in Western Europe from 1750 to the present*. Cambridge University Press. 1969

LENIN, V. I. Escritos econômicos 1893-1899. México: Siglo XXI, 1974. 3volumes.

LENIN, V.I- Imperialism- The Highest Stage Of Capitalism. Prager. 1917

LEVY, S., 2020. Facebook: The Inside Story. Blue Rider Press.

LUXEMBUG, R. Die akkumulation des kapitals. Berlin, 1913. (Rio de Janeiro, Zahar, 1976).

MAIER, C. S. Recasting bourgeois Europe: stabilization in France, Germany, and Italy in the decade after World War I. Princeton University Press, 1981.

MAIER: C.S. "Economic consequences of the peace, social consequences of the war. Contemporanea 12(1): 157-63.2009

MARRAMAO, G. Il politico e le trasformazioni. bari: De Donato, 1979. (Siglo XXI, 1982).

MARX, Karl. Grundrisse der kritik des politischen okonomie:1857-58. Berlin: Dietz, 1953 (México: Siglo XXI, 1977).

MARX, Karl. Das Kapital. Hamburg. 1867. 1885, 1894. (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974; Abril Cultural, 1983-85).

MINSKY, H: Can "It" Happen Again? Sharpe. 1982

MINSKY, H: Stabilizing an Unstable Economy. Mc Graw Hill. 1986.

MUELLER. D. C . (ed) The Political Economy of Growth. Yale University Press. 1983.

NEGRI, A. "JK. M. Keynes et la theorie capitaliste d'etat en 1929". IN: La classe ouvrière contre l'etat. Paris: galigée. 1978.(Orig. Milano: Feltrinelli. 1972).

NESVETAILOVA, A: Fragile Finance Debt, Speculation and Crisis in the Age of Global Credit Palgrave. 2007

OFFE, C. "Competitive party democracy and the keynesian welfare state: some reflections upon their historical limits". Policy Sciences, 1983.

OLSON, M: Logic of collective action: Public goods and the theory of groups. Harvard University Press, 1965.

OLSON, M: Olson, Mancur. The rise and decline of nations: Economic growth, stagflation, and social rigidities. Yale University Press, 1982.

OLSON, M: "Response to my Critics" in MUELLER. D. C . (ed) The Political Economy of Growth. 1983

OLSON, M: "Why nations rise and fall." *Challenge* 27, no. 1, 15-23. 1984.

PECCHI L, and PIGA G. ( eds) *Revisiting Keynes: economic possibilities for our grandchildren*. The MIT Press; 2008 .

POLANYI, Karl. *The Great Transformation*. 1944. (Rio de Janeiro, Campus, 1980).

RATHENAU, Walter. *Die Neue Wirtschaft*. 1919 (Tradução italiana : Torino: Einaudi, 1976).

RUNCIMAN D. *How democracy ends*. Basic Books; 2018.

SANDERS, B: *Our Revolution*, Thomas Dunne Books. 2018.

SCHEFOLD, B. "The General Theory for a totalitarian state? a note on Keynes's preface to the German edition of 1936." . *Cambridge Journal of Economics*, 1980.

SCHUMPETER, J.A. *Zur soziologie des imperialismus*. Tübingen: JCB Mohr, 1919. (Tradução brasileira: Rio de Janeiro: Zahar, 1961).

SCHUMPETER, J.A. "The instability of capitalism". *The Economic Journal*. 1927

SCHUMPETER, J.A. *Business Cycles: a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process*. New York: Mac-Graw Hill, 1939.

SCHUMPETER, J.A. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: G.A. & Unwin, 1942. (Rio de Janeiro, Zahar, 1984).

SCHUMPETER, J.A. "John Maynard Keynes (1883-1946)." IN: *Ten great economists from Marx to Keynes*, New York: Oxford University Press, 1947.

SKIDELSKY, R (ed). *The end of the Keynesian era: essays on the disintegration of the Keynesian political economy*. New York: HM Holmes & Meier Publishers, 1977.

SKIDELSKY, R: . *John Maynard Keynes Vol 1: "Hopes Betrayed, 1883–1920*. Vol. 1 of. Viking Press. 1983.

SKIDELSKY, R: *John Maynard Keynes. Vol. 2: The Economist as Savior, 1920-1937*. Allen Lane-- Penguin. 1992.

SKIDELSKY, R: Skidelsky, Robert. *John Maynard Keynes. Vol 3: Fighting for Britain, 1937-1946*. Viking Press. 2000.

SKIDELSKY, R and SKIDELSKY E,. *How much is enough?: Money and the good life*. Penguin UK; 2011.

SMITH, A. An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations. Public Domain Books. 1776 (Kindle Edition).

STEINDL, J. : Maturity and stagnation in American capitalism. NYU Press; 1952.

THE ECONOMIST: The Next Capitalist Revolution. 17.11.2018.

THELEN, K.A. Union of parts: Labor politics in postwar Germany. Cornell University Press; 1991.

TOOZE, A: The wages of destruction. The making and breaking of the Nazi economy. 2006.

TOOZE: 2018: Crashed -How a decade of financial crises changed the world. Penguin.

TUGAN-BARANOVSKY, M. I.. Promyshlennye krisis v sovremennoi angli ikl prichiny iviiianil na narodminis zhizn s. I.N. Skoroklodova, 1894. (Tradução francesa: Paris: Giard & Briere, 1913).

TUGAN-BARANOVSKY, M. I..Teoreticheskaya osnovi marksima. S. Petesburg, 1905. (Tradução espanhola: Madrid: REUS, 1921).

TUGAN-BARANOVSKY, M. I.. Sovremennyi sotsialism v svoen istoricheskom razvitii. 1906. (Tradução espanhola: Madrid: REUS, 1921).

TYMOIGNE, E. and WRAY, L.R., 2014. The Rise and Fall of Money Manager Capitalism: Minsky's half century from world war two to the great recession. Routledge.

TULLOCK G. The politics of bureaucracy. Public Affairs Press; 1955.

VON MISES, L:- The Causes of the Economic Crisis\_ And Other Essays Before and After the Great Depression. L Von Mises Institute. 2006.

WHIMSTER S, LASH S. (eds): Max Weber, rationality and modernity. Routledge; 1987.

YAMAMURA, K: Too Much Stuff: capitalism in crisis. Policy Press; 2018.

# CEBRI

CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Rua Marquês de São Vicente, 336  
Gávea, Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
CEP: 22451-044

Tel: +55 (21) 2206-4400  
[cebri@cebri.org.br](mailto:cebri@cebri.org.br)

[cebri.org](http://cebri.org)